



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE BIOLOGIA**

**Programa de Pós-Graduação em Ecologia
e Biomonitoramento**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**Educação Ambiental no Contexto Escolar do Ensino Médio: Um Estudo
Realizado nas Escolas Estaduais de Lauro de Freitas.**

Ana Cláudia Oliveira de Jesus Magalhães

Salvador, 2016



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE BIOLOGIA**

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO ESCOLAR DO ENSINO MÉDIO:
UM ESTUDO REALIZADO NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE LAURO DE
FREITAS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Biomonitoramento, como exigência parcial para obtenção do grau de Mestre em Ecologia, sob a orientação da Profa. Dra. Sueli Almuiña Holmer Silva e co-orientação da Profa. Me. Adriana Maria Lage Costa.

Salvador, 2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE BIOLOGIA

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO ESCOLAR DO ENSINO MÉDIO:
UM ESTUDO REALIZADO NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE LAURO DE
FREITAS.

FICHA CATALOGRÁFICA

Magalhães, Ana Cláudia Oliveira de Jesus
Educação Ambiental no Contexto Escolar do Ensino
Médio: Um Estudo Realizado nas Escolas Estaduais de Lauro
de Freitas / Ana Cláudia Oliveira de Jesus Magalhães –
Salvador, 2016.
f. 109

Orientadora: Sueli Almuiña Holmer Silva.
Dissertação (Mestrado Profissional em Ecologia Aplicada
à Gestão Ambiental) – Universidade Federal da Bahia, 2016.

1. Educação Ambiental. 2. Interdisciplinariedade. 3.
Formação Docente. 4. Legislação. I. Sueli Almuiña Holmer
Silva. II. Universidade Federal da Bahia – Programa de Pós-
graduação em Ecologia e Biomonitoramento. III. Título.

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação de Mestrado, primeiramente aos meus amigos “*anjos da guarda*”, sim, aos que muitos chamam *Espíritos de Luz*, por estarem sempre ao meu lado, intuindo vibrações positivas necessárias a fim de gerar estímulos, para que eu captasse como inspirações para chegar até aqui.

Aos meus pais, principalmente à minha mãe Marly, minha eterna incentivadora, a quem sempre me dá apoio nas minhas decisões e escolhas.

MENSAGEM

“Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção”.

Paulo Freire

AGRADECIMENTOS

Demorou, mas cheguei aqui. Que BOM.

Tive prioridades antes deste processo, como acompanhar o crescimento e a vida dos meus filhos, mas tudo tem o seu devido tempo, e aguardei pacientemente a minha hora para fazer este mestrado. Mestrado este, que me mostrou como é importante aprender e ao mesmo tempo colocar em prática, o conhecimento adquirido.

Tudo que se faz na vida com dedicação e amor tem seu valor, pois esta formação que finalizo agora foi alicerçada desta forma e com muita, muita fé em Deus, que Sempre me instiga a novos desafios e aspirações, portanto meus primeiros agradecimento à Ele.

Segundo aos meus Professores Mestres e Doutores que me conduziram durante o processo desta formação, meu muito obrigado.

Terceiro, à minha Família, meus pais, que sempre e a qualquer momento estão ao meu lado, me incentivando e oferecendo seu apoio único, à minha filha Ayana Magalhães que me deu um incentivo a mais no ante projeto desta pesquisa e muito vibrou quando fui selecionada para fazer este mestrado, ao meu esposo Adjailton, por me acompanhar às visitas as escolas, registrando as imagens das estruturas físicas das unidades escolares, ao meu filho Ian, que mesmo no seu silêncio, torceu e torce por mim e a todos que diretamente ou indiretamente, me incentivaram até aqui.

Aos meus colegas de trabalho do Colégio Estadual Kleber Pacheco de Oliveira, e do Colégio Estadual Vila de Abrantes, representados aqui pelos Professores Cacilda Jacobina, Eliete Schneiberg, Tássio Revelat, Cosme Miranda, José Adriano Santos, Lúcia Melo, por sempre terem me fornecido palavras de incentivo e carinho .

Às escolas desta pesquisa, representados pela direção escolar e professores, muito obrigada, por disponibilizarem seus documentos e tempo para esta pesquisa.

Ao Prof. Msc, Fábio Barbosa, da Coordenação de Educação Ambiental e Saúde, da Secretaria Estadual de Educação da Bahia e aos profissionais do Instituto de Formação Anísio Teixeira pela concessão das entrevistas, tão pertinentes à esta pesquisa.

À minha orientadora Profa. Dr^a Sueli Almuinã Holmer Silva pela paciência, condução e carinho dispensados e à minha co-orientadora Profa. Msc. Adriana Maria Lage da Costa pelo incentivo constante, pelas cobranças diárias, e pelos “puxões de orelha” que só me fizeram crescer durante o processo da escrita desta pesquisa. Meu MUITOOO OBRIGADA.

O homem pode ter tudo que quer.

O homem só não pode é querer o que quer.

Para pensar, não basta querer.

É preciso aprender.

E se aprende a pensar, esperando o inesperado.

Nesta espera, a paciência é quase tudo.

Resumo

O trabalho objetivou analisar, como as escolas estaduais do município de Lauro de Freitas-Ba., situadas na Área de Preservação Ambiental Joanes-Ipitanga, desenvolvem e trabalham a Educação Ambiental no ensino médio. A opção metodológica adotada nesta pesquisa, foi o estudo misto (qualitativo e quantitativo) devido a sua potencialidade para ser aplicada em vários contextos de investigação educacional. Neste trabalho, analisamos a relação entre a escola e os programas para a Educação Ambiental no contexto da interdisciplinaridade e como estes estão contemplados nos documentos escolares. Foram também analisados a partir desta perspectiva, os programas de formação docente, a legislação para EA e as políticas públicas desenvolvidas pelos governos federal, estadual e municipal. Para a realização deste estudo, foram aplicados questionários e entrevistas estruturadas aos professores, gestores e funcionários das Instituições pesquisadas. Os resultados da pesquisa, apontam que a Educação Ambiental no Brasil é bem regulamentada, mas, carece de uma maior operacionalidade para que os programas e projetos propostos pelo governo, cheguem de forma efetiva as escolas. O descompasso entre os programas e sua aplicabilidade nas escolas, perpassam pela processo de formação docente. Neste sentido, uma boa estratégia poderia ser a formação continuada, com temas em Educação Ambiental, dentro da instituição, com o intuito de buscar no diálogo um fazer interdisciplinar entre os docentes.

Palavras-Chave: Educação Ambiental, interdisciplinaridade, formação docente, legislação.

ABSTRACT

The study aimed to analyze, as the state schools in the city of Lauro de Freitas, Bahia, located in APA Joanes-Ipitanga, develop and work Environmental Education and Ecological high school. The methodological approach adopted in this research, was the combined study (qualitative and quantitative) because of its potential to be applied in various contexts of educational research. In this paper, we analyze the relationship between the school and programs for environmental education in the context of interdisciplinarity and how they are included in school documents. Were also analyzed from this perspective, teacher training programs, legislation to EA and public policies developed by the government. For this study, questionnaires and structured interviews teachers were applied, managers and staff of the surveyed institutions. The results of the research indicate that environmental education in Brazil is well regulated, but lacks a more operational so that programs and projects proposed by the government reach effectively schools. The gap between the programs and their applicability in schools, run through the teacher training process. In this sense, a good strategy would be continued training, with topics on environmental education within the institution, in order to pursue dialogue to an interdisciplinary among teachers.

Keywords: environmental education, interdisciplinary, teacher training, legislation.

Siglas Utilizadas

APA - Área de Proteção Ambiental

CGOEA - Coordenação-Geral da Educação Ambiental

EA - Educação Ambiental

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação e Cultura

MMA - Ministério do Meio Ambiente

PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais

PPP- Projeto Político Pedagógico

PRONEA - Programa Nacional de Educação Ambiental

PROPAC -Proposta de Participação-Ação para a Construção do Conhecimento

SEC/Ba - Secretaria de Educação do Estado da Bahia

Lista de Figuras

Figura 01- Mapa da Área de Proteção Ambiental Rio Joanes Ipitanga

Figura 02- Rio Sapato- Ipitanga

Figura 03- Rio Sapato- Ipitanga

Figura 04- Rio Sapato- Ipitanga

Figura 05- Rio Joanes- Nascente

Figura 06- Mapa da localização da área de Estudo

Figura 07- Escola Estadual Bartolomeu de Gusmão

Figura 08- Escola Hermano Gouveia

Figura 09- Colégio Estadual Kleber Pacheco de Oliveira

Figura 10- Colégio Estadual Social de Portão

Sumário

1. Introdução.....	11
1.1 Justificativa.....	12
1.2. Principais Questões de Pesquisa.....	13
1.3 Dimensão Espaço- Temporal.....	14
1.4 Objetivos.....	14
1.4.1 Geral.....	14
1.4.2 Específicos.....	14
2. Referencial Teórico.....	15
2.1 Educação Ambiental: Breve Histórico.....	15
2.2 Conceitos de Educação Ambiental e sua prática Interdisciplinar.....	19
2.3 As Políticas Públicas para Educação Ambiental no Brasil.....	25
2.3.1 A Educação Ambiental no Estado da Bahia.....	32
2.3.2 A Educação Ambiental no Projeto Político Pedagógico.....	35
2.3.3 Escolas Sustentáveis.....	38
2.4 Educação Ambiental e a Formação Docente.....	48
2.5 A influência da APA no currículo das Escolas Estaduais em Lauro de Freitas.....	51
3. Metodologia.....	59
3.1 Área de Estudo.....	60
3.2 Método de amostragem.....	63
3.3 Coleta de dados.....	64
3.4 Análise de dados.....	64
4. Resultados e Discussão.....	65
4.1 Caraterização da amostra.....	65
4.2 Abordagem da Educação Ambiental na Escola.....	67
4.3 Documentos Orientadores da Prática Pedagógica em Educação Ambiental.....	73
4.4 Articulação entre o Projeto Político Pedagógico e a Prática Docente em Educação Ambiental.....	75
4.5 Regimento Escolar Unificado.....	85
5. Considerações finais.....	87
6. Referências.....	90
Anexos.....	96
Anexo A - Resultados do tratamento estatístico dos dados do questionário.....	96
Anexo B: Questionário.....	109

1. Introdução

A regulamentação da abordagem ambiental pelas atuais diretrizes curriculares nacionais da Educação Básica vem possibilitar às escolas desenvolverem atividades que despertem a consciência da comunidade escolar no sentido de adotarem medidas que objetivem o incremento de comportamentos e exercícios de boas práticas na preservação do meio ambiente.

Alguns estudos apontam que a Educação Ambiental ainda vem sendo tratada de forma reducionista no espaço escolar, apesar dos esforços do Ministério da Educação em promover modificações na estrutura curricular das escolas, com a inserção da lei de nº 9.795/99 de Política Nacional de Educação Ambiental, que prevê em sua abordagem estar presente em todos os níveis e modalidades do processo educativo nacional, como também, o amplo debate dos estudiosos da área, principalmente no que diz respeito às visões e práticas adotadas pelos professores.

De acordo com Layrargues (2004) é imprescindível que a Educação Ambiental seja compreendida não apenas como um instrumento de mudança cultural ou comportamental, mas, também como um instrumento de transformação social para se atingir a mudança ambiental desejada. A necessidade de se observar com clareza as múltiplas dimensões da complexidade ambiental e a sua abordagem no contexto escolar é o desafio que se coloca no momento. A Educação Ambiental deverá transpor os muros das escolas e afirmar-se como um dever de todos enquanto aprendentes e educadores.

Segundo Carvalho (2006), o trabalho educacional é, dentre todas as medidas, o componente mais essencial, necessário e de caráter emergencial, pois sabe-se que a maior parte dos desequilíbrios ecológicos estão relacionados a condutas humanas inadequadas impulsionadas por apelos consumistas. Ainda nesta perspectiva, Dias (1992, p.399), afirma: “sabemos que a maioria dos nossos problemas ambientais tem suas raízes em fatores

sócio-econômicos, políticos e culturais, e que não podem ser previstos ou resolvidos por meios puramente tecnológicos”.

Desta maneira, acredita-se que a inserção da Educação Ambiental nas escolas possa promover, de forma eficaz, uma educação cidadã, participativa e sustentável. No entanto, torna-se imprescindível analisar os reflexos dessas propostas no espaço escolar, principalmente no que diz respeito ao papel dos professores e sua capacitação para o trabalho com a temática. É nesta perspectiva que este trabalho se enseja.

1.1 Justificativa

A análise da literatura referente a Educação Ambiental é muito expressiva e alguns dos autores que dela trataram estão referenciados no marco teórico dessa dissertação. Entre os estudos que estabelecem uma estreita relação entre abordagem pedagógica e educação ambiental, encontramos os trabalhos de Carvalho (2006), Fazenda (1995), Gutiérrez (2000), entre outros. É quase um consenso entre os pesquisadores da área, que o trabalho educacional é essencial e emergencial para conter os desequilíbrios ecológicos relacionados a conduta humana inadequada e que a escola, necessita desenvolver métodos e estratégias coerentes com o desenvolvimento sustentável, no sentido de orientar todas as atividades da comunidade educativa, consolidando novas posturas e adequando suas práticas.

Neste sentido, este projeto insere-se nesta problemática, buscando analisar como as escolas estaduais, do município de Lauro de Freitas-Ba, desenvolvem e trabalham a educação ambiental no ensino médio.

Espera-se que os resultados deste projeto possam contribuir para uma maior compreensão e inserção das estratégias e práticas educativas no âmbito da educação ambiental na rede pública estadual da Bahia.

1.2. Principais Questões de Pesquisa

O cenário em que se configura a Educação Ambiental no Brasil possibilita a emergência de questões passíveis de uma pesquisa científica, como as abaixo apresentadas:

- Como são desenvolvidos os programas de Educação Ambiental pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia?
- Como os projetos de Educação Ambiental desenvolvidos pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia são aplicados nas escolas estudadas?
- Como são elaborados os materiais de apoio pedagógico para a Educação Ambiental, distribuídos pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia ?
- Como as escolas seguem as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais no âmbito da Educação Ambiental, das Diretrizes Curriculares para a Educação Ambiental e do ProEASE – programa de educação ambiental do sistema educacional da Bahia, que traz princípios diretrizes e linhas de atuação para se trabalhar a Educação Ambiental em todos os níveis e modalidade de ensino.?
- Quais as ações pedagógicas no âmbito da Educação Ambiental são contempladas no regimento escolar unificado da rede pública estadual da Bahia?

Essas questões levam a seguinte **hipótese**: A Educação Ambiental desenvolvida nas Instituições públicas de Ensino do Estado na Bahia, no município de Lauro de Freitas, seguem os normativos emanados pelo Ministério da Educação e pela Secretaria Estadual de Educação.

1.3 Dimensão Espaço- Temporal

A dimensão espacial da pesquisa compreenderá o município de Lauro de Freitas, em especial a área de abrangência da Área de Preservação Ambiental de Joanes-Ipitanga, onde estão proximadamente situadas as escolas estaduais pesquisadas. O período estudado compreende aos anos de 2012 a 2016.

1.4 Objetivos

1.4.1 Geral

Essa pesquisa tem como objetivo principal analisar como as escolas estaduais do município de Lauro de Freitas-Ba, situadas na área de abrangência APA Joanes-Ipitanga, desenvolvem e trabalham a Educação Ambiental no ensino médio.

1.4.2 Específicos

- Identificar e descrever os programas de Educação Ambiental desenvolvidos pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia;
- Descrever como os projetos de Educação Ambiental desenvolvidos pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia são aplicados nas escolas estudadas;
- Analisar os materiais de apoio pedagógico da Secretaria de Educação do Estado da Bahia no que diz respeito a abordagem no contexto da Educação Ambiental;
- Verificar se as escolas seguem as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais no âmbito da Educação Ambiental ;
- Analisar se o Projeto Político Pedagógico das escolas realizam ações no âmbito da Educação Ambiental;
- Analisar se o regimento escolar unificado da rede pública estadual da Bahia contempla ações pedagógicas no âmbito da Educação Ambiental.

2. Referencial Teórico

2.1 Educação Ambiental: Breve Histórico

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, realizada em Estocolmo em 1972, foi responsável pela repercussão da questão ambiental em todo o mundo, quando apresentou as primeiras preocupações sobre a importância de investir em Educação Ambiental (EA) de maneira mais contundente.

Dentre os pontos mais debatidos neste evento, ressaltava-se a necessidade de sensibilizar a sociedade em relação aos problemas ambientais, através de uma abordagem multidisciplinar, levando em conta todos os níveis e modalidades de ensino, inclusive o não formal, delegando à escola a responsabilidade para tal efeito.

A Conferência Intergovernamental de Tbilisi, ocorrida na antiga União Soviética em 1977, promovida pela UNESCO e considerada um dos principais eventos sobre Educação Ambiental no mundo, veio consolidar alguns pontos abordados na Conferência de 1972 e apresentar os princípios e as estratégias para a Educação Ambiental no mundo. Dentre estes pontos estava a definição do conceito de Educação Ambiental como:

O resultado de uma reorientação e articulação de diversas disciplinas e experiências educativas que facilitam a percepção integrada do meio ambiente, tornando possível uma ação mais racional e capaz de responder às necessidades sociais. (BRASIL,1996, p.20)

Nesta perspectiva, ocorre na América Latina, diversos seminários sobre Educação Ambiental, que foram realizados em Bogotá em 1976, Costa Rica em 1979 e Buenos Aires em 1988. Nesse último, por exemplo, recomendou-se que a Educação Ambiental fosse parte integrante da política ambiental e que levasse em conta o contexto de subdesenvolvimento da região latino-americana.

Em 1992, ocorre no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, mais conhecida como ECO-92 que, a

dentre as diversas ações para o desenvolvimento sustentável no século XXI, estabelece que:

A Educação Ambiental deve basear-se num pensamento crítico e inovador; ter como propósito formar cidadãos com consciência local e planetária; ser um ato político, baseado em valores para a transformação social; envolver uma perspectiva holística, enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo de forma Interdisciplinar; e deve estimular a solidariedade, o respeito aos direitos humanos e a equidade. (Brasil, 1996,p.20)

A ideia de que através de uma formação educacional sólida e gradual, pautada sobretudo na preocupação com o meio ambiente, pudesse provocar mudanças no comportamento humano, ganha cada vez mais respaldo pelos estudiosos da área e neste sentido, afirma Grun (2007, p. 19), “a educação deveria ser capaz de reorientar as premissas do agir humano em sua relação com o meio ambiente”.

Com os novos contornos que surgem para Educação Ambiental, percebe-se que a mesma assenta-se em valores morais e sociais com alcance mundial e dispõe de um referencial conceitual tratado em termos internacionais e que deve ser internalizado nas práticas educacionais formais e não formais de cada país, região ou localidade. (UNESCO/CMCD, 1997).

Neste sentido, em consonância com as orientações da UNESCO, o governo brasileiro cria em 27 de abril de 1999, a Lei 9795/99 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, a qual em seu artigo 3º inciso II, define que cabe “às instituições educativas, promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem”. (BRASIL,1992)

Esta lei assegura as bases conceituais da Educação Ambiental, como instrumento para alcançar um novo tipo de desenvolvimento sustentável, define claramente as políticas públicas na promoção da Educação Ambiental em todo o país, mas, sobretudo, coloca a escola em um papel de destaque na responsabilidade de preparar cidadãos conscientes com relação ao meio ambiente. Nesta perspectiva, caberia a escola um protagonismo, que provavelmente ainda não estivesse preparada para exercer. Nas últimas décadas, a escola tornou-se o principal agente social da Educação Ambiental, tanto no que diz respeito as dimensões científicas, éticas e

cívicas, delegando ao professor o estatuto de precursor ambiental, ou seja, aquele que iniciará as discussões de forma multidisciplinar.

Desde que foi promulgada a Política Nacional de Educação Ambiental, estabelecendo a obrigatoriedade da Educação Ambiental em todos os níveis do ensino formal da educação brasileira a temática ganhou destaque e convidou a sociedade brasileira em especial educadores, ambientalistas, governos e movimentos ecológicos, a pensar em uma prática de conscientização para a necessidade da melhoria do mundo em que vivemos, mas sobretudo, o papel da escola em todo este processo.

Autores como, Carvalho (2006a), Guedes (2006), são enfáticos em afirmar que a Educação Ambiental apesar de ser muito discutida na atualidade, ainda são poucas as ações efetivas para a melhoria do meio ambiente.

De acordo com Chalita (2002), a Educação Ambiental pode ser uma poderosa ferramenta de intervenção no mundo para a construção de novos pensamentos, e conseqüente, mudança de hábitos, além de ser importante instrumento de construção de conhecimento. No entanto, é imprescindível verificar, se as leis e propostas para Educação Ambiental, estão de fato em consonância com a realidade das escolas públicas do nosso país.

Gadotti (2000) é categórico em afirmar que os sistemas educacionais em geral, são baseados em princípios predatórios, em uma racionalidade instrumental, reproduzindo valores insustentáveis. Ainda segundo esse autor (GADOTTI, *op.cit.*, p.29), para introduzir uma cultura da sustentabilidade nos sistemas educacionais seria necessário reeducar o sistema.

A reforma educacional proposta pelo governo brasileiro com a anuência da Unesco, em que inclui a sustentabilidade como princípio e diretriz, tem produzido materiais educativos que buscam facilitar a formação necessária tanto dos professores , quanto dos estudantes.

Estes materiais, têm por objetivo, conduzir a uma nova qualidade de ensino-aprendizagem, mas há de se verificar, se estes materiais estão em consonância com a realidade das escolas e se estão levando em conta, o nível de formação dos professores para a execução desta tarefa.

Campiani (2001), ressalta que o professor deve incorporar novos conceitos e metodologias que venham ao encontro da realidade, para atuarem de forma mais crítica diante das situações socioambientais e assim, possam intervir e influenciar nas mudanças de atitudes.

Lima (2004) afirma que, a escola é um espaço privilegiado para estabelecer conexões e informações, como uma das possibilidades para criar condições e alternativas que estimulem os alunos a terem concepções e posturas cidadãs, cientes de suas responsabilidades e principalmente, perceberem-se como integrantes do meio ambiente.

O desafio que se coloca é o de formular uma Educação Ambiental que seja crítica e inovadora em dois níveis – formal e não formal. Assim, a Educação Ambiental deve ser acima de tudo um ato político voltado para a transformação social. (JACOBI, 1998, p.58)

Um dos principais papéis da Educação Ambiental é contribuir para que as pessoas adotem uma nova postura com relação ao seu próprio lugar e a partir possam intervir de forma responsável e sustentável, nesse contexto.

Para Ab Saber (1991, p.2), a Educação Ambiental é muito mais séria do que tem sido apresentada, em nosso meio. “É um processo de educação que garante um compromisso com o futuro, envolvendo uma nova filosofia de vida e um novo ideário comportamental, tanto no âmbito individual, quanto no coletivo”.

Melhorar a educação básica, reorientar a educação existente para alcançar o desenvolvimento sustentável, desenvolver a compreensão pública, educar para a sustentabilidade, conhecimento e a formação tem sido as metas propostas do governo brasileiro.

A Unesco, no documento da Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento sustentável 2005-2014, disponibiliza um conjunto de temas a serem utilizados para trabalhar com Educação Ambiental na sala de aula, auxiliando os professores nesta tarefa. Assim, os professores da disciplina de matemática vão poder trabalhar com os dados referentes a contaminação ambiental e ao crescimento da pobreza e da desigualdade social; as disciplinas linguísticas podem analisar o papel dos meios de comunicação e

dos anúncios publicitários na formação de hábitos de consumo; a história e as ciências sociais podem discutir o etnocentrismo, o racismo e a desigualdade de gêneros.

Dessa maneira a Educação para o Desenvolvimento Sustentável, deve abranger e promover todas as formas de aprendizagem.

A educação é fundamental para criar um futuro mais sustentável e estabelecer as relações caracterizadas pela justiça, paz e negociação de interesses mútuos que geram mais igualdade, respeito e compreensão. São estas qualidades que irão fundamentar o desenvolvimento sustentável.

A educação por si só provavelmente não será capaz de apontar valores desta índole – se fosse o caso, o mundo já estaria muito mais próximo das práticas para o desenvolvimento sustentável. Entretanto, a educação constitui o pilar central das estratégias para promover tais valores. Junto com motivações espirituais positivas, a educação é a nossa melhor oportunidade de promover e enraizar os valores e comportamentos que o desenvolvimento sustentável exige. (UNESCO,2005,p.47)

As análises efetuadas por estudiosos e teóricos demonstraram a riqueza de leis e documentos norteadores sobre a Educação Ambiental e sua inserção no sistema educacional brasileiro. São sobre os conceitos e reflexões apresentados que o referencial teórico desta pesquisa buscará respostas para os seus objetivos.

2.2 Conceito de Educação Ambiental e sua prática Interdisciplinar.

As discussões sobre as questões socioambientais têm ocupado, no cenário mundial, uma posição de grande relevância e, conseqüentemente, surge a necessidade de desenvolver uma nova mentalidade ambiental que seja capaz de reduzir os avanços da depredação ambiental nos aspectos sociais e naturais.

A Educação Ambiental surge para dar respostas a essas problemáticas, a necessidade de formar cidadãos críticos e atuantes torna-se imprescindível.

Loureiro (2004a,p.81), afirma que a Educação Ambiental é uma educação permanente, cotidiana e coletiva pelo qual agimos e refletimos, transformando a realidade de vida.

De acordo com Carvalho,

(...) na Educação ambiental crítica, indivíduo e coletividade só fazem sentido se pensados em relação. As pessoas se constituem em relação ao mundo em que vivem com os outros e pelo qual são responsáveis juntamente com os outros. Na educação ambiental crítica, esta tomada de posição de responsabilidade pelo mundo supõe a responsabilidade consigo próprio, com os outros e com o ambiente, sem dicotomizar e/ou hierarquizar estas dimensões da ação humana. (CARVALHO 2004,p.20)

Segundo Leonardi (1997), a diversidade de conceitos e definições sobre Educação Ambiental é consequência de suas diferentes realidades (histórica, cultural, social e econômica), com respeito a essas visões e atuações.

Para Dias (2004), o conceito de Educação Ambiental esteve diretamente relacionado à evolução do conceito de meio ambiente e ao modo como este era percebido.

Verifica-se que não existe um conceito universal para Educação Ambiental ,mas, no entanto como explica Grun (1996), apesar de não haver um consenso entre os estudiosos da área sobre o conceito de Educação Ambiental, os objetivos e as finalidades são absolutamente claros e inquestionáveis.

Ao longo dos anos o conceito de Educação Ambiental foi evoluindo e ganhando uma perspectiva mais holística, “enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo de forma Interdisciplinar” (Díaz,2002). Desta maneira afirma Loureiro:

Educação ambiental é uma perspectiva que se inscreve e se dinamiza na própria educação, formada nas relações estabelecidas entre as múltiplas tendências pedagógicas e do ambientalismo, que têm no “ambiente” e na “natureza” categorias centrais e identitárias. Neste posicionamento, a adjetivação “ambiental” se justifica tão somente à medida que serve para destacar dimensões “esquecidas” historicamente pelo fazer educativo, no que se refere ao entendimento da vida e da natureza, e para revelar ou denunciar as dicotomias da modernidade capitalista e do paradigma analítico-linear, não-dialético, que separa: atividade econômica, ou outra, da

totalidade social; sociedade e natureza; mente e corpo; matéria e espírito, razão e emoção etc. (LOUREIRO,2004,p.39)

A idéia de que a Educação Ambiental deveria ter como propósito formar cidadãos com “consciência local e planetária” (Díaz, 2002), ganhava cada vez mais força entre os estudiosos da área, para tanto essa consciência só poderia ser possível com o trabalho conjunto das ciências, para explicar a questão ambiental e os seus efeitos globalizantes. Nesta perspectiva, Queirós afirma:

O conceito de ambiente incorpora , progressivamente, uma dimensão científica plural, não só aquela que lhe empresta a Ecologia tradicional, enquanto ciência da relação dos seres com o meio, mas também um vasto leque de outros domínios científicos, a Geografia e a História quando estudam a humanização dos grandes quadros naturais, a Biologia que revela a importância da diversidade dos seres vivos, a Geologia que nos conduz ao reconhecimento das condições paleoambientais geradoras dos ciclos de extinção e expansão da biodiversidade, a Matemática quando cria modelos de avaliação e gestão dos sistemas ecológicos, a Física e a Química que intervêm na análise dos fenómenos de poluição e mudança climática... ao mesmo tempo que remete para a necessidade de avaliar o nosso modo de crescimento nos planos da ética e da moral. (QUEIRÓS,2001,p.7)

Considerando a afirmativa de Queirós, quanto a uma dimensão científica plural é que torna-se imperativo, desenvolver um trabalho interdisciplinar no sistema educativo, visando construir um novo modelo de consecução de conhecimentos e competências de natureza global, consolidados na Educação Ambiental.

Tendo por base esse pensamento globalizante é que os estudiosos do ambiente, opõe-se a criar uma nova disciplina com a designação de Educação Ambiental, defendendo uma abordagem multidisciplinar, interdisciplinar dos problemas ambientais.

Desse modo, a “Educação Ambiental deve ser entendida como política no sentido de que ela reivindica e prepara os cidadãos para exigir justiça social, cidadania nacional e planetária, autogestão e ética nas relações sociais e com a natureza”. (Reigota,1994,p.18).

Grun (1996), é taxativo ao afirmar, não compreender a educação sem que ela seja ambiental, pois, considera que desde o nascimento até a morte , o

homem vive em seu ambiente e nele encontra explicações para suas atitudes.

Ainda segundo o autor, a Educação Ambiental veio resgatar a qualidade da educação geral.

Na Conferência Sub-regional de Educação Ambiental para a Educação Secundária ocorrida no Peru, em 1976, definiu-se:

A educação ambiental é a ação educativa permanente pela qual a comunidade educativa tem a tomada de consciência de sua realidade global, do tipo de relações que os homens estabelecem entre si e com a natureza, dos problemas derivados de ditas relações e suas causas profundas. Ela desenvolve, mediante uma prática que vincula o educando com a comunidade, valores e atitudes que promovem um comportamento dirigido a transformação superadora dessa realidade, tanto em seus aspectos naturais como sociais, desenvolvendo no educando as habilidades e atitudes necessárias para dita transformação. (BRASIL, 1996b, p.30)

Já LAYRARGUES (2004), afirma que necessita:

[...] um olhar ponderado entre as múltiplas dimensões da complexidade ambiental, criando novas denominações para renomear a educação que já é adjetivada de “ambiental”, para que a Educação Ambiental seja compreendida não apenas como um instrumento de mudança cultural ou comportamental, mas também como um instrumento de transformação social para se atingir a mudança ambiental (LAYRARGUES, 2004-a, p.12).

Como evidencia-se, a Educação Ambiental é vista de forma processual, como toda boa ação educativa pois, vai permitir que as pessoas desenvolvam ao longo da vida atitudes pró ativas em relação ao ambiente, respeitando e conservando os recursos naturais para a melhoria da qualidade de vida no planeta.

O ambiente não poderá ser considerado como um objeto de estudo específico de uma temática ou de uma disciplina, deve contemplar todas as disciplinas, ou seja, deve ser multidisciplinar e interdisciplinar. “ Embora Meio Ambiente seja uma realidade global, única e complexa, deve ser examinado

sob múltiplos aspectos, exatamente porque é complexo e abrangente” (COIMBRA,2000,p.190).

Em consonância com este entendimento, o Ministério da Educação do Brasil inclui a Educação Ambiental nos currículos escolares através dos Parâmetros Curriculares Nacionais, como conteúdo a ser ministrado em diversas áreas de ensino, e não como área de conhecimento específico.

LEITE (2001,p.124) explica, que o “conteúdo da educação Ambiental está enquadrado no grupo denominado temas transversais”. Desta forma, pretende-se que a Educação Ambiental tenha um caráter interdisciplinar, “estamos passando do mundo euclidiano, cartesiano, para uma nova construção: a complexidade sistêmica.” (DIAS, 2004, p. 95)

Todas as áreas temáticas, inclusive as ciências humanas e sociais, devem incluir as questões relacionadas ao meio ambiente ao desenvolvimento sustentável. Para tanto, referir à sustentabilidade requer um direcionamento interdisciplinar e holístico, que reúna diferentes disciplinas e instituições, ao mesmo tempo em que respeita suas distintas identidades. (IBAMA, 1999, p. 5)

No Seminário sobre Educação Ambiental, realizado no ano de 2000 pelo Ministério da Educação do Brasil, foi apresentado aos professores das diversas áreas do conhecimento um documento intitulado de Parâmetros em Ação do Meio Ambiente cujo objetivo é nortear e sensibilizar os educadores a trabalhar com a temática ambiental no contexto escolar com uma prática mais interdisciplinar.

Com o propósito de repensar antigas práticas pedagógicas baseadas em “metodologias cartesianas” (DOLL,1997; EISNER,1994), o MEC apresentou aos educadores, possibilidades de trabalhar a educação ambiental nos currículos das diversas disciplinas, de forma mais participativa e integrada em todos os níveis de ensino.

Assim, a especificidade da Educação Ambiental, em relação a outras formas de educação, consiste no fato de ela ser orientada para a solução de problemas, ser obrigatoriamente interdisciplinar, englobando as Ciências da Terra e da Vida, as Ciências Sociais, Humanas e Tecnológicas, integrando-se na comunidade e ter um caráter de educação permanente, integrando a definição de ambiente, fatores de natureza física, química e biológica, mas

incluindo necessidades culturais, sociais e econômicas do ser humano (BENAVENTE, 1999, p.124).

De acordo com Almeida (2007), os problemas sócio ambientais , ultrapassam a escala local e regional considerando que, para além de promover a cidadania da nacionalidade da qual faz parte, é necessário atingir um sistema mais amplo: o planeta.

Neste sentido, o trabalho deve ser integrado, multidisciplinar, de modo que para além da escola é necessário o contributo de outros agentes socializadores, como família, comunidade e outras Instituições.

Estimular a prática de uma nova abordagem das interrelações do individuo com o ambiente, geradora de uma responsabilidade individual e coletiva na solução dos problemas e na prevenção de outros e desenvolvidas de forma integrada com todas as áreas do conhecimento, torna-se o grande desafio da Educação Ambiental.

a interdisciplinaridade é algo a ser vivido, enquanto atitude de espírito [...] feita de curiosidade, de abertura, do senso de aventura e descoberta, e exerce um movimento de conhecimento capaz de intui relações. É, nesse sentido, uma prática individual. Mas também é prática coletiva, onde se expressa como atitude de abertura ao dialogo com outras disciplinas. (JAPIASSÚ, 1976, p. 82)

Segundo Leff (2002), o ensino interdisciplinar na área ambiental implica na construção de novos saberes, técnicas e conhecimentos e sua incorporação como conteúdos agregados no processo de formação. Isso requer um processo de autoformação e a formação coletiva da equipe de professores, de delimitação de diversas temáticas ambientais, de elaboração de estratégias de ensino e definição de novas estruturas curriculares. (Leff, 2001, p. 240).

Neste sentido, percebe-se que a interdisciplinaridade, ressignifica o trabalho pedagógico pois, possibilita uma maior integração das diversas áreas do saber, gerando um processo de colaboração, cooperação e conseqüentemente renovação da prática docente

Já Edgar Morin(2005), compreende que só o pensamento complexo sobre uma realidade complexa pode fazer avançar a reforma do pensamento na direção da contextualização, da articulação e da interdisciplinaridade do conhecimento produzido pela humanidade.

De acordo com FAZENDA (1995), a interdisciplinaridade é um avanço em relação ao ensino tradicional, pois tem como base a reflexão crítica sobre a própria estrutura do conhecimento, na intenção de superar o isolacionismo entre as disciplinas como também revitalizar o papel dos professores na formação dos estudantes para o mundo.

No dizer de Olga Pombo (2003), existe um alargamento do conceito de ciência e isto é tão profundo que, muitas vezes torna-se difícil estabelecer o limite entre a ciência e a política, a ciência e a economia, a ciência e a vida das comunidades, a ciência e a arte.

Já MORAES (2002), ressalta que, realidade complexa, requer pensamento abrangente, multidimensional, capaz de compreender o real e construir um conhecimento mais amplo.

Por isso, quanto mais interdisciplinar for o trabalho docente, quanto maiores forem as relações conceituais estabelecidas entre as diferentes ciências, quanto mais problematizantes, estimuladores, desafiantes e dialéticos forem os métodos de ensino, maior será a possibilidade de apreensão do mundo pelos sujeitos que aprendem.

2.3 As Políticas Públicas para Educação Ambiental no Brasil

As políticas públicas para Educação Ambiental no Brasil são muito expressivas. O Estado ao longo das últimas décadas, tem crescido em termos de marcos regulatórios, propondo estratégias para o enfrentamento e fortalecimento da Educação Ambiental crítica em todo o país.

A lei 6.938/81 sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, sancionada pelo então presidente militar João Batista Figueiredo, constituiu-se num importante

instrumento de amadurecimento, implantação e consolidação da política ambiental no Brasil. No seu art. 4º estabelecia:

I - à compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico; II - à definição de áreas prioritárias de ação governamental relativa à qualidade e ao equilíbrio ecológico, atendendo aos interesses da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios; III - ao estabelecimento de critérios e padrões da qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais; IV - ao desenvolvimento de pesquisas e de tecnologias nacionais orientadas para o uso racional de recursos ambientais; IV – à difusão de tecnologias de manejo ambiente, à divulgação de dados e informações ambientais e à formação de uma consciência pública sobre a necessidade a necessidade de preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico; VI - à preservação e restauração dos recursos ambientais com vistas à sua utilização racional e disponibilidade permanente, correndo para manutenção do equilíbrio ecológico propício à vida; VII - à imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos

Essa lei, sem dúvidas já era um notável avanço para época mas, em 11 de março do ano de 1987, o Conselho Federal da Educação do MEC, aprova o parecer 226/87 (BRASIL,1987), onde previa a inclusão de conteúdos que contemplassem a Educação Ambiental nas escolas, indicando o caráter

interdisciplinar da educação ambiental e recomendando a sua realização em todos os níveis de ensino.

Deixando claro que não se tratava de outra disciplina e sim a inclusão da Educação Ambiental dentro dos conteúdos disciplinares nos currículos escolares. É o primeiro documento oficial do MEC a tratar do assunto.

Em 1988, com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, são elaborados capítulos que tratam da questão ambiental, como o inciso VI do artigo 225 do capítulo VI do Meio Ambiente que prevê: *“promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”*.

Já em 14 de maio de 1991, através da criação da Portaria nº 678, do Ministério da Educação e do Desporto, determina que as escolas insiram em seus currículos, temas relacionados à Educação Ambiental, mas é em 1992 que ocorre no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, mais conhecida como ECO-92, tal conferência foi um marco para a política ambiental no Brasil e no mundo, pois, fez um balanço tanto dos problemas existentes quanto dos progressos realizados, e elaborou documentos importantes que continuam sendo referência para as discussões ambientais na atualidade.

Ao longo de todos esses anos, a Educação ambiental vem se consolidando dada a importância com que vem sendo tratada pela sociedade.

As ações de conscientização, preservação, sensibilização e fomento do senso de responsabilidade pessoal em relação ao meio ambiente, com maior motivação e dedicação em relação ao desenvolvimento sustentável, implementadas pelo governo revelam a amplitude destas ações.

Na atualidade, dentro da esfera federal, a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA – Lei nº 9.795, de 27.04.1999) e o Decreto de regulamentação (Decreto nº 4.281, de 25.06.2002) criaram o Órgão Gestor desta Política formado por um representante do Ministério do Meio Ambiente e um do Ministério da Educação. Responsável por implementar a Política Nacional, este órgão conta com um Comitê Assessor composto por 13 (treze)

representações da sociedade civil e de instituições federais, estaduais e municipais.

Assim, os pilares da gestão da educação ambiental nacional, de acordo com a Política Nacional de Educação Ambiental, constituem-se por meio de uma gestão compartilhada entre o Sistema Educacional e o Sistema de Meio Ambiente.

As ações efetuadas pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), revelam a forte intervenção do Estado sobre as demandas ambientais.

No âmbito do MEC, a Educação Ambiental é vista como um acréscimo ao processo educativo, já para MMA, ela possui um sentido mais amplo, pois, incorpora toda a gestão ambiental do país.

A parceria destes ministérios e suas ações articuladas lançam o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), que busca implantar programas e projetos por todo o Brasil em parceria com todos os segmentos sociais.

Tais projetos estão em consonância com o delineamento das bases teóricas e metodológicas da Educação Ambiental no Brasil. De acordo com o MEC cabe ao ProNEA:

assegurar, no âmbito educativo, a integração equilibrada das múltiplas dimensões da sustentabilidade - ambiental, social, ética, cultural, econômica, espacial e política - ao desenvolvimento do País, resultando em melhor qualidade de vida para toda a população brasileira, por intermédio do envolvimento e participação social na proteção e conservação ambiental e da manutenção dessas condições ao longo prazo. (BRASIL,1997,p. 10)

Cabe ao ProNEA, dar o rumo as ações e políticas públicas propostas pelos estados e municípios brasileiros, sem perder de vista a premência de realizar mudanças na vida cotidiana.

Para que as mudanças ocorram, é necessário que a Educação Ambiental seja legitimada pelo poder público em todas as suas esferas e, principalmente, com a participação da sociedade.

Todo o programa do ProNEA, está baseado em quatro diretrizes que norteiam as suas ações. A saber:

- Transversalidade
- Fortalecimento do Sisnama (Sistema Nacional do Meio Ambiente)

- Sustentabilidade
- Participação e controle social

No âmbito da Transversalidade, o ProNEA atua criando canais de diálogo e parcerias com os diversos setores do governo, de modo a participar das decisões de investimentos desses setores e a monitorar e avaliar, sob a ótica educacional e da sustentabilidade, o impacto de tais políticas.

Quanto ao fortalecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) , o ProNEA, realiza ações de verificação entre as políticas governamentais buscando que a PNEA seja executada em sinergia com as demais políticas governamentais.

No que trata da sustentabilidade, o ProNEA atua no processo de formação dos agentes públicos e privados para a reflexão e construção de estratégias de sustentabilidade, buscando compartilhar as experiências e práticas bem sucedidas. Quanto a Participação e Controle Social, o ProNEA gera e disponibiliza informações que permitam a participação social na discussão, formulação, implementação, fiscalização e avaliação das políticas ambientais voltadas à construção de valores culturais comprometidos com a qualidade ambiental e a justiça social; e de apoio à sociedade na busca de um modelo socioeconômico sustentável.

Neste sentido, o papel do Estado na Educação Ambiental brasileira é definido por um diálogo democrático permanente com os diferentes sujeitos, pois, as ações educacionais são de base participativa e resultam no envolvimento e na organização de pessoas e grupos sociais na busca de uma melhor qualidade de vida.

O Ministério do Meio Ambiente, tem realizado constantes projetos e programas articulados com os Estados e Municípios na busca de envolver toda a sociedade para a resolução dos problemas ambientais.

Os programas perpassam desde o trabalho de orientação aos municípios e comunidade até o de formação de educadores ambientais.

Dentre estes programas destacam-se os Municípios Educadores Sustentáveis e o de Formação de Educadores Ambientais, realizados em

parceria com as Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental (CIEAs).

Tais parcerias auxiliam a comunidade no fortalecimento dos seus laços de pertencimento, estabelecem uma relação de cuidado com o seu lugar e propiciam ações de melhoria da qualidade de vida.

As CIEAs são colegiados estaduais que têm como missão mais ampla propor as diretrizes da Política e do Programa Estadual de Educação Ambiental, coordenando e interligando as atividades relacionadas à Educação Ambiental.

As Comissões vêm sendo implementadas em todas as unidades federativas do país, buscando a efetivação da Educação Ambiental em todo o país.

As estratégias propostas pelas CIEAs, para formarem os educadores ambientais desperta-nos um óbvio interesse no âmbito desta pesquisa, já que a mesma está relacionada diretamente a esta temática.

Um trabalho direcionado a habilitar profissionais para a Educação Ambiental e instrumentaliza-los, para o enfrentamento das dificuldades existentes, tem sido o desafio enfrentado por muitas instituições de ensino.

Nesta perspectiva, o CIEAs acena para uma mudança, ao propor que a partir da sua própria capacidade crítica e observadora, tais profissionais possam intervir na realidade. Dentre as ações implementadas estão quatro processos educacionais:

1 — formação de educadores ambientais, por meio de programas oferecidos por parceiros chancelados pelo MMA, que possibilitem a capilaridade e enraizamento do processo; 2 — educomunicação socioambiental (difusa, de massa): estratégias de comunicação com finalidade educacional e de tomada de decisão, envolvendo a produção e distribuição de materiais educacionais, campanhas de educação ambiental e o uso de meios de largo alcance; 3 — estruturas educadoras: municipais, da escola à praça pública; do viveiro à horta comunitária, dentre outras, nas quais, ou a partir das quais, acontecem ações ou projetos voltados para a sustentabilidade, que devem ter por objetivos a transformação da qualidade de vida e também a definição e implementação de seu papel educador; 4 — foros e coletivos: são os diferentes espaços de participação democrática que se propõem a realizar projetos e ações em prol da sustentabilidade, ao mesmo tempo em que discutem valores, métodos e objetivos de ação. (SORRENTINO, 2005, p.57)

Todas estas ações buscam potencializar o processo educacional de maneira mais interdisciplinar, voltadas a atividades de proteção, recuperação e melhoria socioambiental, tendo como mote o conhecer para intervir, alicerçadas a uma prática docente mais embasada e portanto mais segura e efetiva.

No entanto, por mais ações e normativos que o governo federal esteja implementando para que a Educação Ambiental seja mais que projetos escolares desconectados da realidade é preciso estar atento as especificidades das escolas e do seu corpo docente e discente. Como refere-se Canário:

O papel atribuído ao professor como agente de mudança no processo da reforma deve ser revisto: Até agora ele tem sido encarado, fundamentalmente, como o executor de decisões e de propostas de mudança que lhe são exteriores. A reinvenção da escola exige, que o professor em vez de 'aplicar' a reforma, possa emergir como um produtor de inovações. (CANÁRIO,1993,p.153)

Muitas vezes a inovação é limitada pela existência de controle e imposições verticalmente tomadas, estratégias coercivas realizadas sobre as escolas conduzem a inviabilização ou redução da mudança através da burocratização estatal.

Para que a atuação do poder público no campo da Educação Ambiental possa ocorrer de modo articulado tanto entre as iniciativas existentes no âmbito educativo como entre as ações voltadas à proteção, recuperação e melhoria socioambiental, e assim propiciar um efeito multiplicador com potencial de repercussão na sociedade, faz-se necessária para além da formulação e a implementação de políticas públicas de educação ambiental , escutar a classe docente para que haja efetivamente uma integração.

2.3.1 A Educação Ambiental no Estado da Bahia

Em 07 de Janeiro de 2011, o governo do Estado da Bahia, sancionou a Lei 12.056 que instituiu a Política de Educação Ambiental do Estado da Bahia. A qual prever em seu:

Art. 1º Fica instituída a Política Estadual de Educação Ambiental que se regerá pelos objetivos, princípios, diretrizes e instrumentos estabelecidos por esta Lei. Parágrafo único - A Política Estadual de Educação Ambiental norteará a elaboração do Programa Estadual de Educação Ambiental, dos programas municipais, bem como de outros programas, projetos e ações relacionados, direta ou indiretamente, à educação ambiental, em consonância com a Política e o Programa Nacional de Educação Ambiental. (Secretaria do Meio Ambiente, 2012,p.16)

Tal lei, resultou de um amplo processo participativo, com consultas públicas nos 26 territórios de identidade do Estado da Bahia, tendo em vista a realidade local e suas especificidades.

Neste sentido, a lei destaca-se pela abrangência e sobretudo pelo cuidado em articular a Educação Ambiental à gestão das águas, as unidades de conservação, do saneamento e licenciamento ambiental, levando em conta especialmente, os diferentes cenários e traços culturais deste imenso Estado. Desta maneira, a Lei 12.056/11 tem como um dos seus objetivos:

o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente e suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, históricos, culturais, tecnológicos, espirituais, éticos e pedagógicos. (Secretaria do Meio Ambiente, 2012,p.16)

Tal esforço de articulação das ações educativas voltadas as atividades de proteção, recuperação e melhoria socioambiental com a complexidade local, fortalece o papel da Educação Ambiental junto à gestão ambiental.

Desta maneira, o Governo do Estado da Bahia, através do Órgão Gestor da Política Estadual de Educação Ambiental, coordenado pelas Secretarias do Meio Ambiente e da Educação do Estado da Bahia, concatenada com o Órgão Gestor da Política Nacional de Educação buscam criar, um sistema

integrado, capaz de atender também a formação permanente e contínua de educadores ambientais populares, nas redes de ensino e nas comunidades.

“Um sistema orgânico que contém também a dimensão formadora. Na base de sustentação desse sistema se encontram grupos locais, que Paulo Freire chama de Círculos de Cultura, que se constituem em “um lugar onde todos têm a palavra, onde todos lêem e escrevem o mundo.” (Brasil,2007.p. 22)

A ideia foi de criar espaços estruturantes da Educação Ambiental, que possibilitem a práticas, dinâmicas, vivências e exposições das construções coletivas. Tais espaços formadores foram denominados de Com-Vida e estão inseridos nas comunidades de aprendizagem.

Mais de 4.000 escolas já trabalham com o programa em todo o Brasil, segundo o MEC. Na Bahia, segundo dados da Secretaria Estadual de Educação, a estimativa a partir do ano de 2017 será em torno de 200 escolas a possuírem o selo do Com-Vida, estimuladas pela PORTARIA Nº 5902/2016, onde a Secretaria de Educação do Estado da Bahia aprova :

Art. 2º O Regulamento para obtenção do Selo COM-VIDA, que objetiva reconhecer o mérito das Unidades Escolares Estaduais pelas contribuições advindas em prol da sustentabilidade socioambiental sob a perspectiva dos eixos da escola sustentável - Currículo, Espaço Físico e Gestão, considerando a realidade local, o contexto global e a interação com a comunidade.

Entretanto, cabe-nos a reflexão quanto a quantidade de normativos e regulamentos existentes no âmbito da Educação Ambiental e sua efetiva aplicação.

A proposta trazida pelo Com-Vida, em criar um Coletivo educador, através da articulação de grupos da comunidade e as instituições educativas, esbarra muitas vezes na falta de efetividade destes programas junto as escolas e aos professores.

A necessidade de formar formadores não foi posta de lado pela Secretaria de Educação, pelo menos é o que diz a Lei da Política de Educação Ambiental do Estado da Bahia, afinal, este é um ponto que deve ser priorizado. Assim é apresentado em seu artigo 6º:

As ações de Educação Ambiental, vinculadas à Política Estadual de Educação Ambiental, devem priorizar as seguintes linhas de atuação inter-relacionadas: I - formação e capacitação de pessoas; II - desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações; III - produção e divulgação de material educativo; IV - acompanhamento e avaliação continuada; V - disponibilização permanente de informações.

A necessidade de potencializar a função da educação para as mudanças culturais e sociais, em que se insere a Educação Ambiental, perpassam sem qualquer hesitação pelo processo de formação docente, no entanto essa dimensão formadora ainda está aquém da realidade encontrada nas escolas do nosso país.

Ainda no artigo 6º da Lei da Política de Educação Ambiental do Estado da Bahia, podemos comprovar a preocupação do governo com a capacitação docente. Assim versa o inciso 1º:

§ 1º - A capacitação, parte do processo de formação de pessoas, tem por diretrizes: I - a incorporação da dimensão ambiental sustentável na formação, especialização e atualização dos educadores de todos os níveis e modalidades de ensino e dos profissionais de todas as áreas, com destaque para as áreas de meio ambiente e gestão ambiental; (BRASIL,1999,p. 15)

Ainda na perspectiva da formação para a Educação Ambiental, é importante ressaltar que não basta adquirir só conhecimentos, é necessário compreender e saber usar o que se aprende, buscando superar, como afirma Niza (1997,p. 39), “o fosso entre a escola e a vida ativa”.

Já no artigo 18º desta mesma lei, destaca-se a inserção da Educação Ambiental no Regimento Escolar e no Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas, em todos os níveis e modalidades de ensino.

Este ponto, merece destaque no que tange ao desafio dos gestores em incorporar nos seus currículos, projetos e espaços escolares a prática da Educação Ambiental de forma contínua, científica e desafiadora.

O Regimento escolar será um capítulo a parte desse trabalho, devido o Estado da Bahia possuir um Regimento Unificado para todas as escolas, sendo necessário uma análise mais aprofundada desta temática.

2.3.2 A Educação Ambiental no Projeto Político Pedagógico

O Projeto Político Pedagógico (PPP), é uma formalidade legal, expressa na Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que determina que as escolas de Ensino Fundamental e Médio, no seu art.12 elaborem seus respectivos projetos.

Tal documento, é considerado o eixo norteador de todo trabalho escolar, pois, organiza a dimensão pedagógica e efetiva as diretrizes da Instituição Escolar. Caracteriza-se por ser um instrumento de planejamento, acompanhamento e avaliação, indicando a direção e os rumos da escola.

Segundo Veiga :

“O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos, da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão um tipo de sociedade”. (VEIGA,1995,p. 13)

A partir da sua criação, provém uma prática pedagógica mais abrangente, pois, além de ser um excelente recurso técnico metodológico, ajuda a enfrentar os desafios cotidianos de forma reflexiva, consciente, sistematizada e de maneira participativa, portanto, o PPP é um documento vivo e eficiente que serve como instrumento de exercício da cidadania de forma coletiva que envolve a comunidade escolar e seu entorno dentro de um processo pedagógico.

O projeto da escola não começa de uma só vez, não nasce pronto. É, muitas vezes, o ponto de chegada de um processo que se inicia com um pequeno grupo de professores com algumas propostas

bem simples e que se amplia ganhando corpo e consistência nesse trajeto, ao explicitar proposta e situar obstáculos os educadores vão estabelecendo relações, apontando metas e objetivos comuns, vislumbrando pistas para melhorar a sua atuação. (SETUBAL,1999,p. 12).

Desta maneira, percebe-se que o PPP é considerado um processo inclusivo, em direção a uma finalidade que permanece como horizonte, pois, permite o diagnóstico dos problemas dentro do espaço educativo e aponta possibilidades para comunidade refletir sobre a educação que desejam.

No art.15 da Lei 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases, confere à escola, progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira, conseqüentemente, essa atribuição sugere dar mais autonomia à escola, ou seja, criar um espaço de liberdade e de responsabilidade para construir seu próprio plano de trabalho, determinando seus rumos e delineando suas atividades, na tentativa de responder às demandas da sociedade, isto é, acatando o que a coletividade espera dela.

A autonomia, portanto, possibilita à escola a edificação de sua identidade e à equipe escolar um desempenho que a torna sujeito histórico de sua própria prática.

O Projeto da escola depende da ousadia dos seus agentes, e de cada escola em assumir-se como tal, partindo da cara que tem, com seu cotidiano e o seu tempo-espaço, isto é, o contexto histórico em que ela se insere. Projetar significa lançar-se para frente, antever um futuro diferente do presente. Projeto pressupõe uma ação intencionada com um sentido definido, explícito, sobre o que se quer inovar, (GADOTTI,1994,p. 10)

A construção de um Projeto Político Pedagógico requer sobretudo, continuidade, sistematização, participação, reestruturação e envolvimento de toda comunidade escolar, sendo necessário delinear os princípios norteadores em termos de ação, definindo o rumo e as concepções sobre a prática pedagógica.

De acordo com (VEIGA,1995,p. 13) “É preciso entender o projeto político-pedagógico da escola como uma reflexão de seu cotidiano. Para tanto, ela precisa de um tempo razoável de reflexão e ação, para se ter um mínimo necessário à consolidação de sua proposta”.

A partir de um Projeto Político Pedagógico bem definido, a escola consegue estabelecer uma relação de parceria com a comunidade na busca por soluções aos problemas enfrentados.

Desta forma, o PPP deve estar em sintonia com a situação da comunidade em que está envolvido, sendo um documento que expresse as necessidades de conhecer e refletir sobre a melhoria do lugar onde se vive, desde do contexto local ao global. Neste sentido, torna-se imperioso perceber a abrangência da Educação Ambiental no PPP das escolas de forma a refletir como se insere e a sua dinâmica na prática pedagógica.

A Educação Ambiental se constitui numa forma abrangente de educação, que se propõe atingir todos os cidadãos, através de um processo pedagógico participativo permanente que procura inculcar no educando uma consciência crítica sobre as problemáticas ambientais, compreendendo-se a capacidade de captar a gênese, a evolução, e os processos de reversão de tais danos ao meio ambiente. (POLLI, 2012, p.08).

O trabalho com Educação Ambiental na escola, precisa estar também articulado em documentos que embasam as práticas escolares. A Educação Ambiental deve estar presente de forma abrangente no Projeto Político Pedagógico, permeando todos os níveis de ensino em caráter formal e não formal (BRASIL, 1999).

Um documento que pressupõe relações de interdependência e reciprocidade entre dois pólos, elaborado coletivamente pelos sujeitos da escola e que aglutina os pensamentos políticos e filosóficos em que a comunidade acredita e os quais deseja praticar; que define os valores humanitários, princípios e comportamentos que a espécie humana concebe como adequados para a convivência humana; que sinaliza os indicadores de uma boa formação e que qualifica as funções sociais e históricas que são de responsabilidade da escola (SILVA, 2003, p. 296).

É fundamental que na concepção do Projeto Político Pedagógico das escolas a Educação Ambiental esteja incorporada, de modo interdisciplinaridade a incentivar a construção de competências essenciais a conservação do meio ambiente, a qualidade de vida e a sustentabilidade.

De acordo com SAUVÉ(1999,p.46), é preciso mais do que estar inserida nos documentos oficiais, a Educação Ambiental, precisa fazer parte do projeto

educativo das escolas, tendo claro qual o seu papel na reconstrução do sistema de relações entre as pessoas, a sociedade e o ambiente natural.

2.3.3 Escolas Sustentáveis

De acordo com a Lei nº 9.795/99, a Educação Ambiental envolve a promoção de processos pedagógicos que favoreçam a construção de valores sociais, conhecimentos, habilidades e atitudes voltadas para a conquista da sustentabilidade socioambiental e a melhoria da qualidade de vida.

Entre as normativas definidas por esta lei encontramos Resolução CD/FNDE nº 18, de 21 de maio de 2013, que destina recursos financeiros, nos moldes operacionais do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), a escolas públicas municipais, estaduais e distritais a fim de favorecer a melhoria da qualidade de ensino e a promoção da sustentabilidade socioambiental nas unidades escolares.

A assistência financeira a projetos de Educação Ambiental dá continuidade às ações desenvolvidas pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, do Ministério da Educação (SECADI/MEC), visando incentivar a institucionalização da Educação Ambiental e o seu enraizamento em todos os níveis e modalidades de ensino e apoiar a implementação de projetos de pesquisa e intervenção em escolas da educação básica com vistas à criação de espaços educadores sustentáveis.

Espaços educadores sustentáveis são aqueles que têm a intencionalidade pedagógica de se constituir em referências concretas de sustentabilidade socioambiental. Isto é, são espaços que mantêm uma relação equilibrada com o meio ambiente; compensam seus impactos com o desenvolvimento de tecnologias apropriadas, permitindo assim, qualidade de vida para as gerações presentes e futuras. (SATO e TRAJBER, 2010,p.71)

De acordo com BORGES (2011) “um espaço pode ser educador sem ser sustentável e ser sustentável sem, necessariamente, ser educador.” desta maneira , uma escola precisa ter bem definido o que significa um espaço

educador sustentável, com propostas claras e bem estruturadas para educação para sustentabilidade.

Escolas sustentáveis são definidas como aquelas que mantêm relação equilibrada com o meio ambiente e compensam seus impactos com o desenvolvimento de tecnologias apropriadas, de modo a garantir qualidade de vida às presentes e futuras gerações.

Esses espaços têm a intencionalidade de educar pelo exemplo e irradiar sua influência para as comunidades nas quais se situam. (BRASIL,2013)

Trata-se de local onde se desenvolvem processos educativos permanentes e continuados, capazes de sensibilizar o indivíduo e a coletividade para a construção de conhecimentos, valores, habilidades, atitudes e competências voltadas para a construção de uma sociedade de direitos, ambientalmente justa e sustentável. A escola sustentável deve ser capaz de despertar os

valores éticos, estéticos e morais em torno do cuidado com o ambiente. Estes valores se expressam na sociedade contemporânea em preocupações tais como aquelas com a integridade, a preservação e o uso sustentável dos bens ambientais (CARVALHO e TONIOL, 2011, p.2).

Uma escola sustentável é também uma escola inclusiva, que respeita os direitos humanos e a qualidade de vida e que valoriza a diversidade. Para ser sustentável, portanto, a escola também precisa, (MOREIRA, 2012,p.13):

- Promover a saúde das pessoas e do ambiente.
- Cultivar a diversidade biológica, social, cultural, etnoracial, de gênero.
- Respeitar os direitos humanos, em especial de crianças e adolescentes.
- Ser segura e permitir acessibilidade e mobilidade para todos.
- Favorecer o exercício de participação e o compartilhamento de responsabilidades.
- Promover uma educação integral.

Ainda segundo (MOREIRA, *op.cit.* p.14), na escola sustentável, o discurso e a atitude alinham-se na perspectiva de estimular o conhecimento, o

compromisso e a participação efetiva de professores, gestores, estudantes, seus familiares e comunidades; a responsabilidade e o exercício consciente da cidadania; o diálogo, com respeito às diferentes opiniões; a empatia, o companheirismo, o apoio, a interação e o senso de coletividade; a organização e a transformação.

De acordo com o Manual Escolas Sustentáveis Resolução CD/FNDE nº 18/2013 a transição para a sustentabilidade nas escolas é promovida a partir de três dimensões interrelacionadas: espaço físico, gestão e currículo.

- Espaço físico: utilização de materiais construtivos mais adaptados às condições locais e de um desenho arquitetônico que permita a criação de edificações dotadas de conforto térmico e acústico, que garantam acessibilidade, gestão eficiente da água e da energia, saneamento e destinação adequada de resíduos. Esses locais possuem áreas propícias à convivência da comunidade escolar, estimulam a segurança alimentar e nutricional, favorecem a mobilidade sustentável e respeitam o patrimônio cultural e os ecossistemas locais.

- Gestão: compartilhamento do planejamento e das decisões que dizem respeito ao destino e à rotina da escola, buscando aprofundar o contato entre a comunidade escolar e o seu entorno, respeitando os direitos humanos e valorizando a diversidade cultural, étnico-racial e de gênero existente.

- Currículo: inclusão de conhecimentos, saberes e práticas sustentáveis no Projeto Político-Pedagógico das instituições de ensino e em seu cotidiano a partir de uma abordagem que seja contextualizada na realidade local e estabeleça nexos e vínculos com a sociedade global.

A escola como espaço educador sustentável significa romper com a lógica que orienta a dinâmica social atual e como possibilidade de mudança qualitativa no cenário da educação. “As escolas sustentáveis são consideradas “incubadoras” de mudanças, ao estabelecerem elos entre o currículo (o que se ensina e se aprende na escola), a sua gestão (isto é, a forma como a escola se organiza internamente para funcionar), e o seu

espaço físico (considerando o tipo e a qualidade das edificações e o seu entorno imediato).” (MOREIRA, op.cit.p.14)

A escola sustentável incentiva a cidadania ambiental, estimulando a responsabilidade e o engajamento individual e coletivo na transformação local e global. Nesta perspectiva, torna-se imprescindível que a escola sustentável repense o currículo de modo, que esteja em concordância com os objetivos e princípios da Educação Ambiental.

O Brasil é pioneiro na América Latina na implantação de escolas sustentáveis. O Colégio Estadual Erich Walter Heine, em Santa Cruz, no Estado do Rio de Janeiro ,recebeu em 2013 a certificação de primeira escola totalmente sustentável do Brasil e de toda a América Latina. A certificação LEED (Leadership in Energy and Environmental Design) é concedida pela entidade internacional Green Building Council. A unidade escolar, uma Dupla Escola que oferece Ensino Médio integrado ao curso técnico de Administração, foi construída pela ThyssenKrupp CSA em parceria com o Governo do Estado e a prefeitura do Rio de Janeiro dentro de padrões que geram redução de até 40% no consumo de energia. Infelizmente, estas ações ainda são muito pontuais.

Uma análise sobre as propostas e projetos ambientais das escolas, permitem identificar ações sustentáveis voltadas para o ambiente da escola como diminuição de gastos de energia, água e papel e projetos voltados para a qualificação de formadores e multiplicadores de ações ambientais com vistas a comunidade e o entorno em que a escola se insere.

Na Bahia, a Secretaria de Educação do Estado e secretarias de alguns municípios vêm implantando projetos voltados à Educação Ambiental e a criação de espaços educadores sustentáveis. O município de Lauro de Freitas aparece com 48 escolas identificadas como sustentáveis conforme o quadro abaixo:

Tabela 2 – Identificação das Escolas do município de Lauro de Freitas

Estado	Município	Cod. Escola	Escolas Sustentáveis	Diretor
--------	-----------	----------------	-------------------------	---------

Estado	Município	Cod. Escola	Escolas Sustentáveis	Diretor
Bahia	Lauro de Freitas	29178592	ESCOLA FUNDAMENTAL SAO JUDAS TADEU	ANA TEREZA CERQUEIRA
Bahia	Lauro de Freitas	29178800	ESCOLA MUNICIPAL SOLANGE COELHO	LUCIANO DOS REIS SILVA
Bahia	Lauro de Freitas	29178703	ESCOLA MUNICIPAL D AVELAR BRANDAO VILELA	PATRICIA DOS SANTOS COSTA DE OLIVEIRA
Bahia	Lauro de Freitas	29178371	ESCOLA MUNICIPAL FLORIPES FARIAS	EUNICE SANTOS DO ESPÍRITO SANTO
Bahia	Lauro de Freitas	29997780	ESCOLA FAVO DE MEL	ROSEANE ASSUNÇÃO DOS SANTOS REIS
Bahia	Lauro de Freitas	29442753	COLEGIO MODULO EDUCATIVO	GRACIETE SILVA DE OLIVEIRA
Bahia	Lauro de Freitas	29178797	ESCOLA MUNICIPAL PROFA AURORA MAGALHAES RIBEIRO	MARIA CHRISTINA BARRETO DE ARAUJO AZEVEDO
Bahia	Lauro de Freitas	29178959	ESCOLA MUNICIPAL VOVO CICA	JOANA MARIA PEREIRA DIAS DE OLIVEIRA
Bahia	Lauro de Freitas	29178193	CENTRO EDUCACIONAL SANTO AMARO	MARIA ENELDES DE JESUS PEREIRA
Bahia	Lauro de Freitas	29178665	ESCOLA MUNICIPAL	ANTONIO

Estado	Município	Cod. Escola	Escolas Sustentáveis	Diretor
	Freitas		ANA LUCIA MAGALHAES	CLAUDIO SAMPAIO NOGUEIRA
Bahia	Lauro de Freitas	29342015	ESCOLA COOPERATIVA DE VILAS DO ATLANTICO	IANI VIEIRA LOUZADA SOARES
Bahia	Lauro de Freitas	29483204	CRECHE SANTA RITA	ELISANGELA PEREIRA DA SILVA
Bahia	Lauro de Freitas	29178614	ESCOLA JOSE EDVALDO FERREIRA	ALTAMIRA DE JESUS SANTOS
Bahia	Lauro de Freitas	29432855	ESCOLA MUNICIPAL VEREADOR JOSE RAMOS	SIMONE GONZAGA DE MATOS ARAUJO
Bahia	Lauro de Freitas	29437504	ESCOLA PRINCIPE DA PAZ	JUÇARA CARDEAL CATUGI
Bahia	Lauro de Freitas	29359635	EE - COLEGIO ESTADUAL HERMANO GOUVEIA NETO	ELIENE DOS SANTOS SANTOS
Bahia	Lauro de Freitas	29178541	ESCOLA MUNICIPAL LAGOA DOS PATOS	NELSONÍVIA COSTA DE SOUZA
Bahia	Lauro de Freitas	29369002	ESCOLA PATO DONALD	LINDINALVA MARIA DA CONCEIÇÃO DE SOUZA

Estado	Município	Cod. Escola	Escolas Sustentáveis	Diretor
Bahia	Lauro de Freitas	29178509	ESCOLA MUNICIPAL DE CAPIARARA	ANDREA JESUS SANTOS VIEIRA
Bahia	Lauro de Freitas	29404207	ESCOLA MUNICIPAL DO LOTEAMENTO SANTA JULIA	LUZINETE SALES LIMA
Bahia	Lauro de Freitas	29437512	ESCOLA BRAZILIO	RENILDA MARIA DOS SANTOS BRAZILIO
Bahia	Lauro de Freitas	29179106	ESCOLA MUNICIPAL FELIX CARDOSO DE ARAUJO	RAIMUNDA BRITO DA CRUZ
Bahia	Lauro de Freitas	29359350	CENTRO DE ATENCAO INTEGRAL A CRIANCA E AO ADOLESCENTE-CAIC	ROQUELINA CERQUEIRA
Bahia	Lauro de Freitas	29178576	ESCOLA MUNICIPAL CONSTANTINO VIEIRA	ALDA ESTHER SANTOS SANTANA DE OLIVEIRA
Bahia	Lauro de Freitas	29178215	CENTRO SOCIAL URBANO	MARILENE PENHA PARANHOS REIS
Bahia	Lauro de Freitas	29178266	ESCOLA MUNICIPAL ESFINGE	EVELINA PRIMAVERA BERNARDES
Bahia	Lauro de Freitas	29437458	ESCOLA SONHO DA CRIANCA	CICERA CINETE ROLIM ESMERALDO

Estado	Município	Cod. Escola	Escolas Sustentáveis	Diretor
				CEO
Bahia	Lauro de Freitas	29438110	ESCOLA NOSSA SENHORA DE LOURDES	ESTEMAR PASSOS SOUZA PEREIRA
Bahia	Lauro de Freitas	29178630	ESCOLA MUNICIPAL ITAMAR DE OLIVEIRA RODRIGUES	JOÃO BATISTA
Bahia	Lauro de Freitas	29414938	ESCOLA MUNDO ENCANTADO	DANIELA GONAÇALVES DE OLIVEIRA
Bahia	Lauro de Freitas	29178690	ESCOLA MUNICIPAL CIDADE NOVA	SIMONE SOUZA DOS ANJOS
Bahia	Lauro de Freitas	29658632	ESCOLA SORRISO ENCANTADO	MARIA DE CASSIA DA CRUZ BRITO
Bahia	Lauro de Freitas	29178673	ESCOLA MUNICIPAL BARRO DURO	VERA LÚCIA DOS SANTOS PINHEIRO
Bahia	Lauro de Freitas	29178681	ESCOLA MUNICIPAL CAPITULINO SANTOS	ROSANGELA NASCIMENTO SILVA DE JESUS
Bahia	Lauro de Freitas	29178517	ESCOLA COMUNITARIA DE AREIA BRANCA	JOSEFA ROSA DE ALMEIDA
Bahia	Lauro de Freitas	29178100	ESCOLA MUNICIPAL JARDIM IPITANGA	MARIA RITA DE CÁSSIA CASTRO FERREIRA

Estado	Município	Cod. Escola	Escolas Sustentáveis	Diretor
Bahia	Lauro de Freitas	29437440	ESCOLA NOVA INFANCIA	GISELE CARVALHO DE OLIVEIRA
Bahia	Lauro de Freitas	29698626	ESCOLA DE CADETES MIRINS EUZEBIA BRITO DA CRUZ	SANDRA MARIA BARBOSA SANTOS
Bahia	Lauro de Freitas	29385563	ESCOLA MUNICIPAL JARDIM TALISMA	SANDRA CRISTINA GONZAGA DOS SANTOS
Bahia	Lauro de Freitas	29178339	ESCOLA MUNICIPAL EDIVALDO BOAVENTURA	TATIANE SANTOS DE JESUS
Bahia	Lauro de Freitas	29432430	ESCOLA MUNICIPAL DOIS DE JULHO	ELISABETE OLIVEIRA DA COSTA CONCEIÇÃO
Bahia	Lauro de Freitas	29178754	ESCOLA MUNICIPAL JOSE DOS SANTOS PARANHOS	ERICSON LAZARO RIBEIRO DOS SANTOS
Bahia	Lauro de Freitas	29437415	ESCOLA TIA LUCIA	NORMA LUCIA SOUZA COSTA
Bahia	Lauro de Freitas	29914787	ESCOLA MUNICIPAL VILA NOVA	JACIRA ALVES DO CARMO SANTANA
Bahia	Lauro de Freitas	29414881	ESCOLA MUNICIPAL GOVERNADOR MARIO COVAS	JOSEANE JESUS DA SILVA

Estado	Município	Cod. Escola	Escolas Sustentáveis	Diretor
Bahia	Lauro de Freitas	29359465	ESCOLA MUNICIPAL PEDRO PARANHOS	MARIA DAS GRACAS SILVA CHAVES
Bahia	Lauro de Freitas	29359465	ESCOLA MUNICIPAL PEDRO PARANHOS	CARMEM DIANA LORENZO FORTES
Bahia	Lauro de Freitas	29178894	ESCOLA MUNICIPAL QUINGOMA DE FORA	SUELY DA SILVA SENA

Fonte: <http://pdeinterativo.mec.gov.br/listaEscolasContempladas.php>

Dentre as escolas listadas pelo MEC, no município de Lauro de Freitas só uma das que compõem o nosso estudo e que situa-se na APA é considerada como sustentável, o Colégio Estadual Hermano Gouveia Neto. Esse fato por si só, corrobora com nossas observações de que as ações implementadas no âmbito da sustentabilidade nas escolas ainda são pontuais, necessitando um maior elo entre o governo, as escolas e comunidade. Assim afirma, TRAJBER; SATO:

[...] as escolas sustentáveis querem envolver escola e comunidade em pequenos projetos ambientais escolares comunitários, considerando o sujeito[estudante] percebido no mundo, suas relações no mosaico social da escola e seu entorno [comunidade] e no desenvolvimento de atividades, projetos e planos que se entrelacem com o local [bairro, município educador sustentável], promovendo diálogos entre os conhecimentos científicos, culturais e saberes locais. (TRAJBER e SATO,2010,p.49)

2.4 Educação Ambiental e a Formação Docente

A formação docente tornou-se motivo de preocupação para os especialistas da área que vêem a urgência de uma renovação pedagógica, porém, as idéias de como devem ser realizadas ainda não são um consenso. É fato que qualquer plano de educação nos leve a refletir sobre o professor, porém, segundo NÓVOA (1992) ao se pensar no professor, é necessário sobretudo, refletir sobre sua formação.

Atualmente o modelo clássico de formação docente em Educação Ambiental tem sido revisto, discutindo-se a necessidade de um processo que permita maior participação do professor, como profissional e como indivíduo. O fato da Educação Ambiental no Brasil, ser um tema relativamente novo nos programas de formação docente, tem servido para justificar as dificuldades apresentadas pelos professores em lidar com o assunto na sala de aula.

A abrangência da temática que propõe um amplo conhecimento de natureza interdisciplinar, aliado a concepções e valores de cariz atitudinal, é um desafio que vem sendo enfrentado pelos professores ao trabalharem com Educação Ambiental. Nesta perspectiva, MIZUKAMI(2000) afirma que, o programa de formação docente, deve buscar favorecer o processo de construção e reconstrução dos saberes de modo a instrumentalizar os professores a uma prática mais segura.

De acordo com PERRENOUD (1997), o ensino não deve se limitar aos saberes científicos e métodos racionais, pois, também ensina-se com as entranhas, intuição, emoção, experiências, crenças, medos, desejos. Tudo isto é matéria a ser levada em conta no processo de formação.

Já Nóvoa (2016), em entrevista recente a um jornal brasileiro foi categórico em afirmar que

No Brasil, os professores são formados com muita coisa teórica, muita coisa desconectada, e pouquíssimo foco no trabalho docente, na formação do professor como um profissional que terá uma atuação diária dentro de uma escola. Isso tem levado a professores com muitos compromissos - políticos, sociais, com o

bem-estar social da criança -, mas com pouco compromisso com a aprendizagem, que deveria ser o foco. (NÓVOA, 2016, p.2)

Em relação à EA, a partir da década de noventa, foram implementadas três grandes programas de formação continuada, desde a sua institucionalização pelo Ministério da Educação (MEC) para os professores(as) e outros profissionais de educação.

O primeiro programa, foi realizado no período de 1996 a 1998 pela Coordenação de Educação Ambiental (CEA), para os técnicos das secretarias estaduais, técnicos das delegacias estaduais do MEC, professores(as) de escolas técnicas federais e universidades federais. O PROPAC foi um deles.

O PROPAC, Proposta de Participação-Ação para a Construção do Conhecimento, consistiu na realização de 18 cursos presenciais em âmbito regional, na mesma época de lançamento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e que propôs a trabalhar a institucionalização da EA de forma transversal nas secretarias de educação e nas universidades, e seus cursandos seriam os multiplicadores desta proposta pedagógica.

Na época esta capacitação não era voltada à docência, pois o objetivo principal era disseminar a Educação Ambiental em ações não –formais, problematizando as questões ambientais regionais, ao mesmo tempo buscando suas resoluções aos problemas apontados, incorporando-os à práticas de EA nas escolas e nas políticas das Secretarias de Educação.

Esta metodologia realizada no primeiro programa de formação em EA, foi fundamentada numa construção construtivista de aprendizagem, onde de acordo com MATTHEWS (1992), o construtivismo é, ao mesmo tempo, uma teoria da ciência e uma teoria de aprendizagem e ensino humanos.

O PROPAC teve como base três eixos básicos para o exercício da EA: 1- o construtivismo como processo de aprendizagem; 2- a perspectiva complexa da realidade e dos sistemas ambientais; 3- a construção de novas formas de racionalidades superando a visão técnica e instrumental do pensamento cartesiano. (MENDONÇA, 2007, p.56)

No segundo programa de formação, os Parâmetros em Ação- Meio Ambiente na Escola (PAMA), iniciado no ano de 2000 pela CGOEA, Coordenação-Geral da Educação Ambiental, foi focado em caráter específico, a docência, onde foi trabalhado a base no desenvolvimento de suas competências do ensino - que compreendemos que refere-se a multiplicidade de uso de recursos, tanto pessoais como profissionais, para que o conhecimento seja disseminado e na discussão desta metodologia, foi percebida a necessidade de se reorganizar as condições de trabalho dos docentes, para que os mesmos superassem as dificuldades que pudessem surgir, na aplicabilidade das práticas de formação que estavam baseadas em ações fragmentadas e isoladas.

Neste programa, aparecia a figura do formador e da formadora, da área específica de conhecimento da docência, com proposta de trabalhar em grupos com docentes de outras áreas de conhecimento para tratar das questões ambientais, com um material orientador, que tinham textos escritos, programas de vídeos, CD's de música, CD-ROM, com informações de legislação ambiental e diversas informações ambientais que facilitassem a elaboração de um plano de aula.

O terceiro programa, "Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas", implementado em 2004/2005, surgiu quando a Coordenação-Geral de Educação Ambiental (CGEA) se estruturou na Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). A formação se deu por ciclos de seminários.

Houve um seminário nacional, 27 estaduais e 800 seminários locais, capacitando, professores, professoras e jovens que de uma forma capilarizada atingiu dois docentes e dois alunos por escolas participantes, que foram na época de 16 mil escolas, a participar da Conferência Nacional Infanto-Juvenil para o Meio Ambiente (CNIJMA) em 2003.

Os formadores que surgiram nestes encontros, representavam os principais segmentos sociais e institucionais que trabalhavam com a EA, e que foram os responsáveis em propagar a viabilização deste programa nos seus Estados.

No que refere-se a formação docente e a Educação Ambiental no âmbito da nossa pesquisa, alguns dados que aqui serão apresentados, revelam a necessidade premente de repensar os modelos de formação que vigoram atualmente..

2.5. A influência da APA no currículo das Escolas Estaduais em Lauro de Freitas

Das escolas participantes desta pesquisa, as mesmas estão inseridas numa APA (área de proteção ambiental), que segundo a Lei 9.985/2000, têm como objetivos básicos de proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade dos recursos naturais.

Nesse contexto, apresenta-se, assim, um grande desafio: a criação de um espaço protegido que assegure uma ocupação territorial ordenada, sem perder de vista a conservação da biodiversidade. Neste sentido, o município de Lauro de Freitas contempla uma parte de sua territorialidade dentro desta APA, conforme a sua localização no mapa abaixo..

Figura 1: Área de Proteção Ambiental Joanes-Ipitanga



A Área de Proteção Ambiental Joanes-Ipitanga, criada por meio do Decreto Estadual 7596/99, tem como objetivo maior de proteger os mananciais integrantes da bacia do rio Joanes e ecossistemas associados, responsáveis por cerca de 40% do abastecimento de Salvador e municípios metropolitanos.

A APA possui uma extensão de área de 64.430ha, que contempla partes dos municípios de Salvador, Simões Filho, Camaçari, Lauro de Freitas, Dias D'Ávila, Candeias, São Francisco do Conde e São Sebastião do Passé. Além de possuir recursos naturais, é dona de uma riqueza histórica, étnica e cultural e comporta atividades produtivas significativas para o desenvolvimento do setor econômico (Secretária do Meio Ambiente – SEMA). Acreditando na importância que a educação e a escola têm na formação geral do cidadão, contribuindo para torná-lo atuante e consciente na sua vida cotidiana e prática, buscamos com esta proposta de pesquisa fomentar discussões sobre ações estratégicas, continuadas e articuladas, de forma interdisciplinar, em educação ambiental voltada à região desta APA, desde quando as escolas participantes estão inseridas num espaço geográfico pertencente à mesma, tão importante no contexto da bacia hidrográfica (uma *bacia hidrográfica*, nada mais é do que uma área de superfície terrestre que alimenta uma rede de rios, formada pelas águas das chuvas e o afloramento das águas subterrâneas, que compartilhamos com outros seres vivos, como plantas, animais...), a Bacia Hidrográfica do Recôncavo Norte e Inhambupe, e compreender quais as dificuldades de se trabalhar a educação ambiental de forma interdisciplinar diante de um cenário natural como o que possuímos na região de Lauro de Freitas, banhado por águas, através de seus rios, e praias, além dos recantos verdes de mata atlântica.

Portanto temos um material extenso de conteúdo para que a temática da educação ambiental possa ser trabalhada por estas escolas do ensino médio, de forma interdisciplinar, tendo o tema ÁGUA como proposta principal, já que a água constitui o recurso natural mais importante, por ser fundamental aos outros recursos (vegetais, animais e minerais), e por ter influência direta na manutenção da vida, da saúde e do bem-estar do homem e por garantir auto-suficiência econômica de uma região ou país (PINTO, 2004).

Conservar os recursos hídricos são de grande importância para a manutenção de vida na terra, pois são essenciais para às nossas necessidades básicas, como para a saúde e bem estar das populações, para a geração de energia, produção industrial de alimentos, manutenção dos ecossistemas globais e regionais, para o desenvolvimento das atividades econômicas, como a pesca e a navegação, atividades tão ligadas ao lazer e á cultura. Cujas populações ribeirinhas às margens do Joanes, ainda usufruem destas atividades, claro, com uma grande diferença do passado de vinte anos atrás; pois devido à expansão urbana desenfreada e desordenada na região de Lauro de Freitas, juntamente com a ausência/deficiência de planejamento e gestão urbana, os impactos ambientais se tornaram maiores, comprometendo a qualidade dos mananciais hídricos e a drenagem das águas pluviais, pois a região de Lauro de Freitas conforme informação obtida na PMLF (Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas) e de acordo ao DGA, diretoria de Gestão Ambiental da Secretaria Municipal de Recursos Hídricos (SEMARH), a cidade não tem sistema de esgotamento sanitário, portanto a evacuação dos dejetos domésticos é feita em fossas sépticas ou despejadas diretamente nos rios que atravessam o município, problemas que só vem se agravando, ano após ano, conforme as imagens abaixo.



Figura 2 – Acervo Pessoal. Rio Sapato, 2016



Figura 3– Acervo Pessoal. Rio Sapato,2016



Figura 4 – Acervo Pessoal. Rio Sapato, 2016

Nas visitas às escolas desta pesquisa, entrevistamos professores, onde abordei determinadas questões sobre as dificuldades dos mesmos

trabalharem a questão da EA de forma interdisciplinar, além da maioria informar sobre o deficit da formação acadêmica específica na área do conhecimento, os mesmos não conheciam a importância desta APA na região de Lauro de Freitas; “ Não tinha me dado conta”_ informou um deles do Colégio Estadual Américo Simas.

Segundo o gestor da APA, durante uma capacitação aos membros do Conselho Gestor da APA Joanes/Ipitanga, em maio de 2005, na execução de um Projeto de Educação Ambiental, foi constatada a necessidade e importância de seus representantes conhecerem as potencialidades e os problemas socioambientais verificados no território da APA, sendo programada uma visita técnica à bacia do rio Joanes, da nascente à foz (imagem adiante de uma nascente do rio Joanes), incluindo os seus barramentos, com o intuito de identificar e conhecer as atividades produtivas, os conflitos, as potencialidades, dos recursos naturais, os aspectos socioeconômicos e culturais das comunidades ali inseridas (SOUSA, 2006).



Figura 5- Nascente do Rio Joanes.

Portanto, este conhecimento referente à área natural e protegida que as escolas pesquisadas estão inseridas é necessário, para disseminar entre os estudantes, para que cada um deles, desperte o sentido de “ pertencimento”, participação e responsabilidades na busca de conservar o ecossistema local que ainda resta na cidade, e o professor, mas do que ninguém tem que ser empoderado deste “ pertencimento” também.

Atualmente, com uma população estimada em mais de 195 mil habitantes e problemas graves causados pela falta de saneamento e pelo crescimento

desordenado, a Estrada do Côco é apenas um detalhe no mapa de preocupações. A mobilização por parte da sociedade civil, poder público e uma empresa de consultoria na época, foram importantes na elaboração de construção do Plano Diretor, que tem a intenção de reger os investimentos públicos e privados no município pelos próximos dez anos.

A Educação Ambiental na sua práxis pedagógica, envolve o entendimento de uma educação cidadã, responsável, crítica, participativa, onde cada sujeito aprende com conhecimentos científicos e com o reconhecimento dos saberes tradicionais, possibilitando a tomada de decisões transformadoras a partir do meio ambiente natural ou construído no qual as pessoas se inserem, mas ainda estamos nas escolas trabalhando de uma forma reducionista, desarticulada, ineficiente para as demandas de problemas que temos atualmente na sociedade.

Precisamos ter uma práxis pedagógica desafiadora, uma vez que exige uma nova organização dos tempos e espaços da escola e adequação da matriz curricular. Trabalhar com projetos interdisciplinares voltados à realidade do local que as escolas estão inseridas já é um início de transformação.

Um currículo pode ser considerado de uma forma resumida, como uma parte da organização do conhecimento da escola, mas que não se refere somente à relação de conteúdos das disciplinas, pois envolve também:

“questões de poder, tanto nas relações professor/aluno e administrador/professor, quanto em todas as relações que permeiam o cotidiano da escola e fora dela, ou seja, envolve relações de classes sociais (classe dominante/classe dominada) e questões raciais, étnicas e de gênero, não se restringindo a uma questão de conteúdos”. (HORNBERG e SILVA, 2007, p.1)

Onde Veiga (2002) complementa.

“Currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos

historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito.” (VEIGA, 2002, p.7)”.

Portanto, o currículo não pode ser estático, sempre deve estar em processo de mudança adequando-se ao projeto político pedagógico da escola, já que a construção do mesmo deve ser contínua, porque, segundo Veiga (2002, p. 7), “a análise e a compreensão do processo de produção do conhecimento escolar ampliam a compreensão sobre as questões curriculares”.

Atualmente, a organização do currículo escolar se dá de forma fragmentada e hierarquizada, ou seja, cada disciplina é ensinada separadamente, onde não existe uma conexão natural de um conhecimento com o outro e as que são consideradas de maior importância em detrimento de outras recebem mais tempo para serem explanadas no contexto escolar.

Vivemos em um mundo complexo, multifacetado, com visões múltiplas das diversas áreas de conhecimento, e continuamos com um currículo engessado; apesar de vários autores já apontarem que o currículo não deve ser organizado de forma isolada.

A organização do currículo deve viabilizar a possibilidade de “alinharmos” a comunicação das diversas áreas de conhecimento de uma forma inter, transdisciplinar, o que não foi constatado na análise dos documentos norteadores do processo pedagógico nas escolas desta pesquisa, pois estando as mesmas inseridas numa APA, o currículo destas unidades escolares e nem seu PPP consideram a Apa Joanes-Ipitanga como elo primordial de discussão interdisciplinar, em nenhum momento ela é citada nos documentos e nem lembrada, quando questionada nas entrevistas aos docentes .

Já possuímos políticas públicas integradoras à temática Educação Ambiental, que são: os Parâmetros Curriculares Nacionais, elaborados em

1997, que incluem, entre as dimensões transversais, o meio ambiente; os Parâmetros em Ação-Meio Ambiente na Escola e o Programa de Formação Continuada de Professores, implementado em 1999; a inclusão da Educação Ambiental no Censo Escolar, em 2001; a realização da I, II, III e IV Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, desenvolvidas em 2003, 2006 e 2013 pelo Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental; e a formação continuada de professores em Educação Ambiental, no âmbito do programa denominado Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas. É pertinente também considerar a crescente demanda por diretrizes por parte das Secretarias de Estado de Educação e pelos educadores em todo o Brasil, que sistematizou em documentos como: a) Proposta de Diretrizes e a Política de Regulamentação para o Tratamento da Educação Ambiental de forma transversal na plataforma curricular, produtos finais dos três “Encontros Nacionais de Representantes da Educação Ambiental nas Secretarias Estaduais e Municipais de Educação”, realizados em 2000, 2001 e 2004, e do “I Encontro Nacional de Representantes de Educação Ambiental das Secretarias Estaduais e Municipais de Meio Ambiente”, em 2004; e b) no documento intitulado Reflexões dos Representantes das Comissões Organizadoras Estaduais – COEs da II Conferência Nacional Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente – II CNIJMA sobre a Política de Educação Ambiental, elaborado durante a realização da II CNIJMA. Atualmente, grande parte dos estados da federação já possui ou está elaborando sua Política Estadual de Educação Ambiental, seus Programas Estaduais de Educação Ambiental e criaram, por meio de legislação, Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental - CIEA e vêm debatendo estratégias para a implantação da Educação Ambiental no ensino formal, na formação dos professores e no processo de institucionalização da Educação Ambiental pelas áreas gestoras. Ressaltando que na Bahia já estamos à frente de outros estados, pois já possuímos nossa Política Estadual de Educação Ambiental (PEA-BA, 2012) como CIEA, bastante atuante por sinal se comparado ao resto do país.

3. Metodologia

Levando em conta o cenário descrito, tornou-se necessário uma análise mais aprofundada no que refere-se ao desenvolvimento da Educação Ambiental nas escolas estaduais do Município de Lauro de Freitas. Com este propósito, o presente estudo é tipificado como exploratório descritivo, baseado na triangulação metodológica. Para a implementação da pesquisa, optamos por realizar um estudo misto (qualitativo e quantitativo). Segundo Gil:

As pesquisas exploratórias constituem a primeira etapa de uma investigação mais ampla. Quando o tema escolhido é bastante genérico, tornam-se necessários seu esclarecimento e delimitação, o que exige revisão da literatura, discussão com especialistas e outros procedimentos. O produto final deste processo passa a ser um problema mais esclarecido, passível de investigação mediante procedimentos mais sistematizados. (GIL,2008,p. 27)

Com o objetivo de alcançar da forma mais fidedigna, o maior número de informações possíveis para compreender o fenômeno estudado, foram realizados dois estudos por ordem sequencial. A fase inicial, foi predominantemente qualitativo (Estudo 1) já que foi realizado uma análise documental e uma entrevista estruturada detalhada, cujo os dados obtidos foram objetos de análise de conteúdo. As informações obtidas, serviram de base para a elaboração de questionário totalmente estruturado, que foi utilizado da fase quantitativa (Estudo 2).

De acordo com Godoy :

Algumas características básicas identificam os estudos denominados "qualitativos". Segundo esta perspectiva, um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando "captar" o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. (GODOY,1995, p. 21)

(MINAYO ,2011) afirma que é necessário conhecer os termos estruturantes das pesquisas qualitativas “sua matéria prima é composta por um conjunto de substantivos cujos sentidos se complementam: experiência, vivência, senso comum e ação. E o movimento que informa qualquer abordagem ou análise se baseia em três verbos; compreender, interpretar e dialetizar”.

Tendo por base a abordagem metodológica escolhida para esta pesquisa, de cariz misto, procedeu-se ao desenho de recolha de dados de grupos de participantes distintos mas com características comuns. Por um lado, interessa-nos estudar a escola e toda a sua envolvência, quer a nível legislativo, quer a nível da sua localização espacial que, de alguma forma, condiciona o modo como a Educação é trabalhada na escola. Por outro lado, queremos analisar os percursos, percepções e constrangimentos verificados pelos professores a lecionar nas escolas escolhidas para o estudo.

Assim, de modo a responder ao objetivo principal do estudo, a escolha dos participantes obedeceu aos seguintes critérios: i) escolas estaduais do Município de Lauro de Freitas; II) Professores do ensino médio a lecionar nessas escolas.

3.1 Área de Estudo

A área do estudo compreende o Município da Lauro de Freitas, Região Metropolitana de Salvador, no Litoral Norte do estado da Bahia, no Brasil. Possui uma população estimada em 184.383 habitantes segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Lauro de Freitas, possui um litoral de seis quilómetros, divididos em três praias: Buraquinho, Ipitanga e Vilas do Atlântico. Os principais rios que cortam o município são o rio Joanes, que desagua no Oceano Atlântico e separa Lauro de Freitas e Camaçari, e o rio Ipitanga, que corta a cidade desaguando no Joanes. Há também vários córregos e outros rios, Sapato e Goró (também conhecido no passado como o rio Itinga), ambos com um processo acelerado de deterioração das águas devido ao descarte ilegal de dejetos domésticos, lançados diariamente nos rios. Há uma unidade de

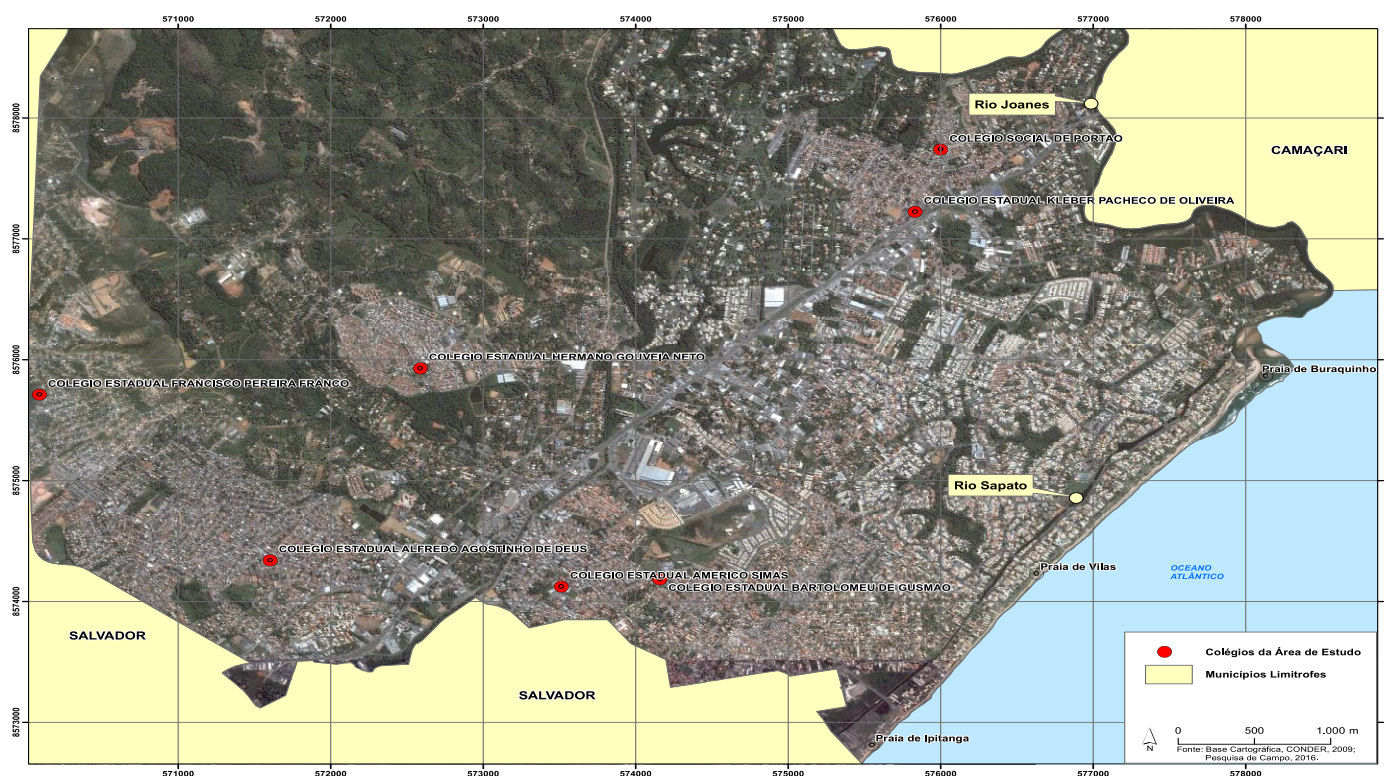
conservação do município que se destaca como apta à prática do ecoturismo, que é a Área de Proteção Ambiental Joanes. O Município de Lauro de Freitas destaca-se pela Área de Proteção Ambiental Joanes/Ipitanga com cerca de 22000 hectares de Mata Atlântica. A pesquisa foi realizada, em 05 escolas da rede estadual de ensino, localizadas na Área de Proteção Ambiental (APA), como demonstra o mapa logo abaixo (figura 6).

As escolas da respectiva pesquisa são: Colégio Estadual Kleber Pacheco de Oliveira, Colégio Estadual Social de Portão, Colégio Estadual Américo Simas, Colégio Estadual Bartolomeu de Gusmão, e o Colégio Estadual Hermano Gouveia Neto. Por motivos de segurança, (na época o local que as escolas estão localizadas, estavam com ‘toque de recolher’ por alguns grupos da comunidade) duas escolas estaduais inseridas na APA não foram contempladas na pesquisa: O Colégio Estadual Alfredo Agostinho de Deus e Colégio Estadual Francisco Pereira Franco.

As escolas foram escolhidas, seguindo cumulativamente os seguintes critérios:

- Serem escolas Estaduais
- Oferta do Ensino Médio
- Pertencer ao Município de Lauro de Freitas
- Localizada na Área de Proteção Ambiental (APA)
- Localização segura

Figura 6: Localização das escolas em estudo



3.2 Caracterização das escolas

As escolas estaduais que fazem parte da nossa pesquisa estão situadas no Município de Lauro de Freitas e são: Américo Simas, Bartolomeu de Gusmão, Hermano Gouveia Neto, Kleber Pacheco de Oliveira e Colégio Social de Portão. Encontra-se no anexo as fotos das escolas participantes da pesquisa.

Quadro 3 – Identificação e caracterização das Escolas integradas na pesquisa

ESCOLAS PESQUISADAS	ENDEREÇO	NÚMERO DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO	NÚMERO DE DOCENTES DO ENSINO MÉDIO	CURSOS OFERTADOS	PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
Américo Simas	Rua Manuel Silvestre	1.397 alunos	56 docentes	Ensino Fundamental I e	Em construção

	Leite,s/n, Centro. CEP- 42700-000			II Ensino médio e Educação de Jovens e Adultos	
Bartolomeu de Gusmão	Rua Brigadeiro Mário Epingaus, S/N Centro	1.577 alunos	83 docentes	Ensino Médio nas modalidades de Formação Geral e EJA , (educação de jovens e adultos)	Em construção
Hermano Gouveia Neto	Loteamento Vida Nova- Caji, Lauro de Freitas	834 alunos	50 docentes	Ensino Fundamental II e Médio, fundada	Possui
Kleber Pacheco de Oliveira	Rua Direta de Portão, s/n Portão	1.278 alunos	44 docentes	Ensino Fundamental II, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA II e III)	Possui
Colégio Social de Portão	Rua Vera Cristina C. Cruz, nº 3- Portão, Lauro de Freitas	65 alunos	06 docentes	Ensino Médio e Curso Técnico Profissionalizante	Possui

3.3 Método de amostragem

Foram enviados questionários aos professores das escolas abrangidas, que manifestaram interesse na participação do estudo, configurando desta forma, uma amostragem não probabilística, por conveniência.

3.4 Coleta de dados

Foram recolhidos dados qualitativos e quantitativos, obtidos por diferentes instrumentos.

Os qualitativos foram obtidos através da análise dos documentos das escolas, como: Projeto Político Pedagógico, materiais de apoio didático e o Regimento Escolar Unificado. Também foram objetos de análise, mas, a título de suporte na contextualização dos fatos os documentos disponibilizados pelo Ministério da Educação e Cultura, Ministério do Meio Ambiente e suas respectivas secretarias, bem como, documentos encontrados no site da Secretaria de Educação do Estado da Bahia, como: Regimento Escolar Unificado, Política Estadual de Educação Ambiental (PEA), Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), Comissões Estaduais Interinstitucionais de Educação Ambiental Série Documentos Técnicos 1.

Quanto aos quantitativos, foram obtidos através de um questionário estruturado online, enviado por mensagem eletrônica a todos os docentes que manifestaram o interesse pela pesquisa cujo link é

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSepIj4E_64VW1v3r1XJXva32WYBjjdxn-0JwaGznMwMBMtIFg/viewform

O questionário encontra-se em anexo nesta pesquisa.

3.5 Análise de dados

Os dados obtidos com a aplicação do questionário, foram objeto de tratamento estatístico exploratório descritivo , usando o software IBM SPSS Statistic, versão 20.

As técnicas utilizadas, de acordo com as variáveis em estudo, foram: cálculo de medidas estatísticas, nomeadamente a média das idades e sua variabilidade, organização de dados em tabelas, gráficos e cálculos de percentagem.

Os resultados dessa análise encontram-se nos anexos.

4. Resultados e Discussão

4.1 Caracterização da amostra

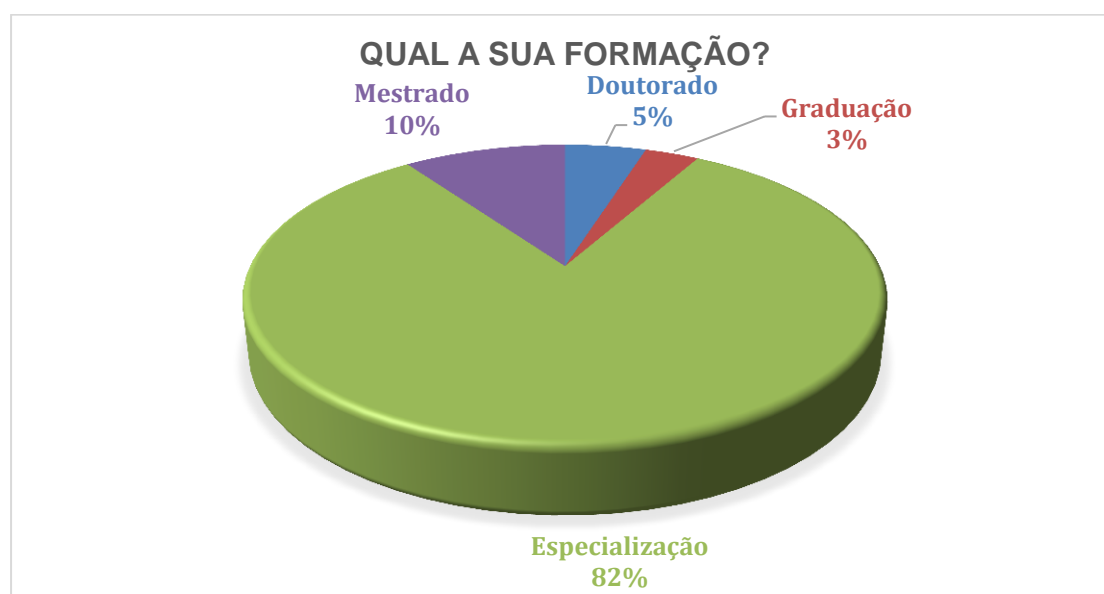
A amostra revela que majoritariamente os professores são do sexo feminino, constituindo 77% dos 61 professores envolvidos na pesquisa. Sendo que a sua idade média é de 48 anos, variando entre 29 e 69 anos.

Tabela 4 – Distribuição de frequência por sexo dos professores da amostra

Sexo	Frequência	Porcentagem
Feminino	47	77,0
Masculino	14	23,0
Total	61	100,0

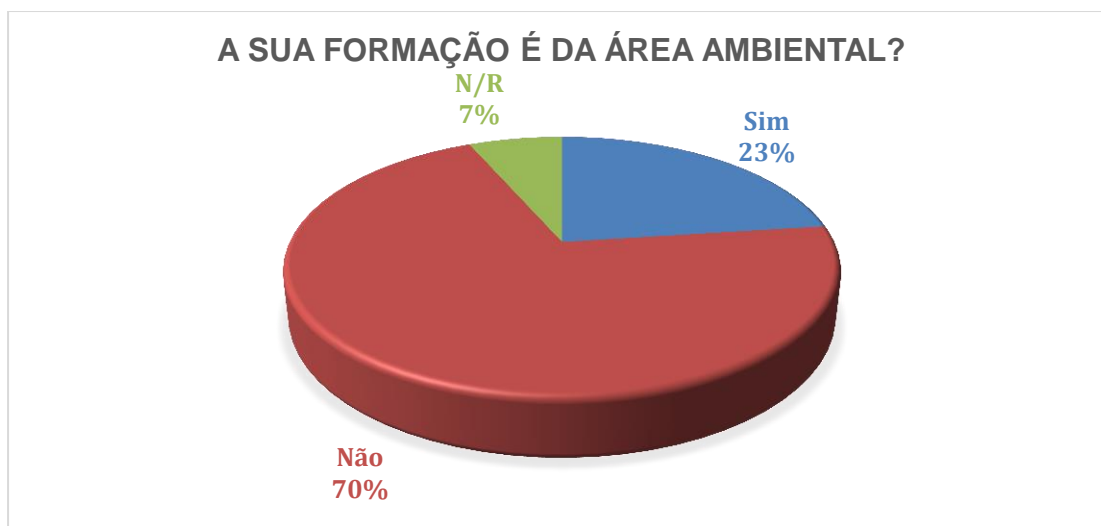
Quanto a sua formação, verificamos que só 3% só possuem graduação, sendo o restante indicado ter formação a nível de pós graduação. 82% a o nível de especialização, 10% mestrado e 5% doutorado.

Gráfico 1 – Nível de formação dos professores estudados



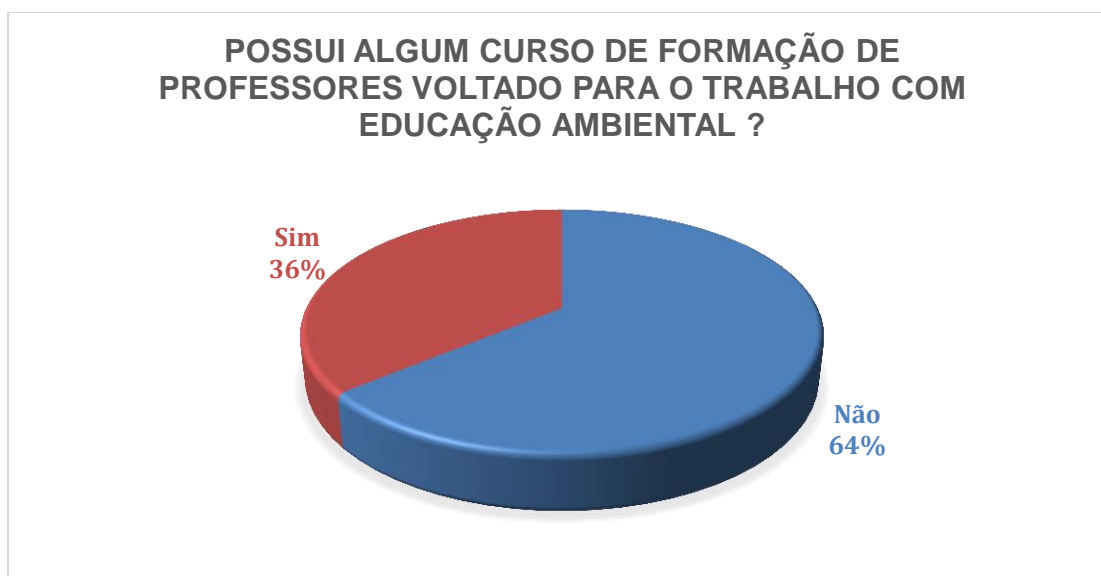
No entanto 70% destes professores afirmam, que esta formação não é na área de Educação Ambiental. levando-nos a constatar que os professores ainda preferem especializações dentro da sua área de formação.

Gráfico 2 – Nível de formação dos professores na área ambiental.



Quando questionados se possuíam algum curso de formação de professores, nomeadamente atualização, treinamento, capacitação, voltado para o trabalho de EA, 36% responderam afirmativamente.

Gráfico 3 – Percentagem de professores com curso de formação na área ambiental.



Desses, 36% afirmaram que esta formação foi promovida por conta própria. Sendo que o restante da formação foi promovida pelo governo, quer a nível federal, estadual e municipal.

Gráfico 4 – Quem promoveu a formação dos professores.



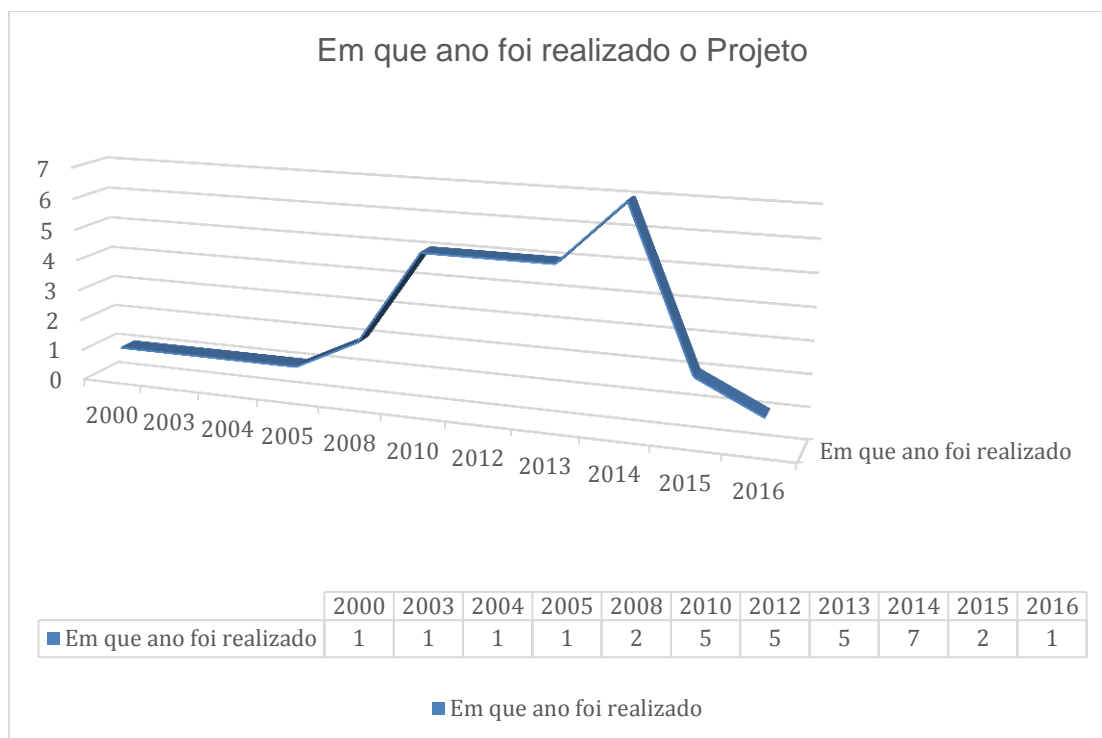
4.2 Abordagem da Educação Ambiental na Escola

Relativamente a experiência no desenvolvimento de Programas e projetos na área ambiental e ecológica destinados a ensino médio, 51% afirmaram já terem desenvolvidos projetos nessa área. Sendo a grande maioria deste projeto ser desenvolvido entre 2010 e 2014.

Gráfico 5 – Percentagem de professores que realizaram trabalho de projeto em EA.



Gráfico 6 – Ano em que foi realizado o projeto



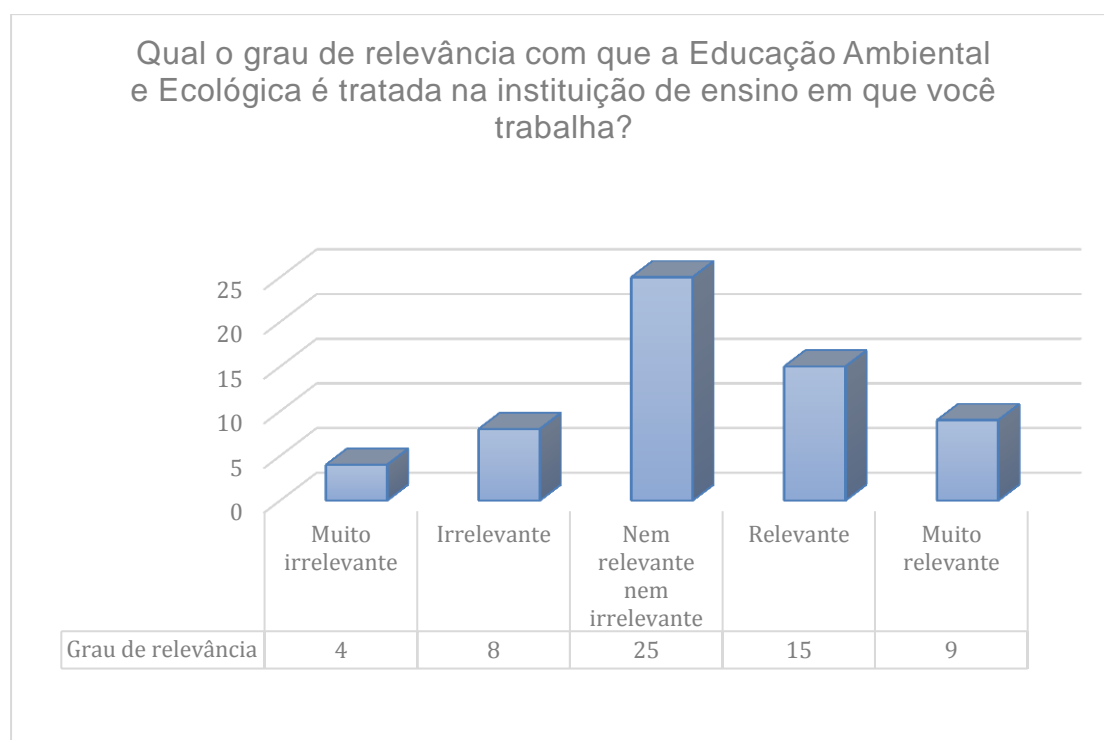
No que diz respeito a motivação para a realização desse trabalho, 48% dos professores que já participaram em projetos, indicou interesse pessoal, 36% por orientação da coordenação pedagógica e 16% envolvidos nos projetos de colegas de outras áreas.

Gráfico 7 – Motivações que levaram os professores a realizar o trabalho de projeto em EA



Quanto ao grau de relevância com que a EA é tratada na instituição de Ensino em que trabalham, 25 dos 61 docentes, afirmam não ser relevante nem irrelevante a forma como é tratada a EA, enquanto que 24 dos 61 consideram relevante e muito relevante esse tratamento.

Gráfico 8 – Grau de relevância com que a EA é tratada



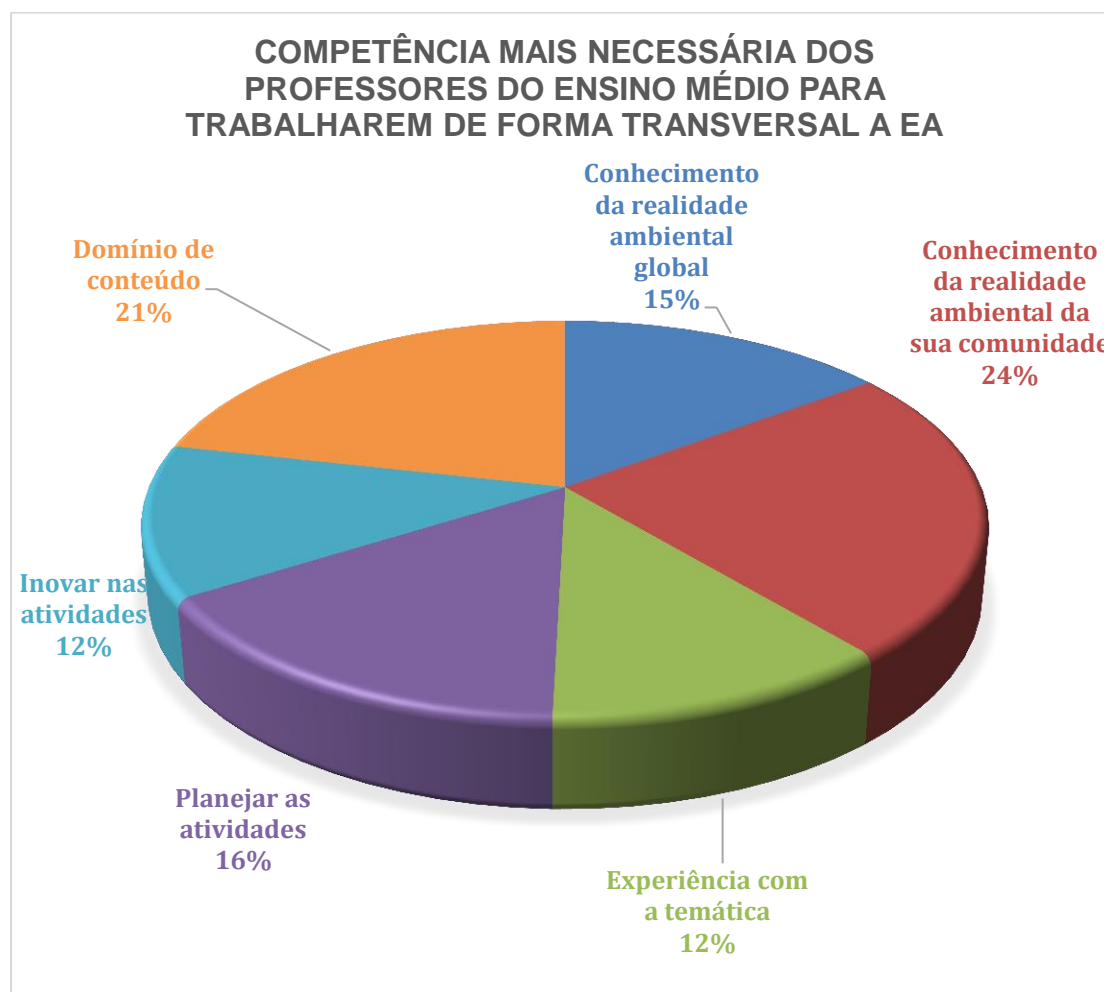
A grande maioria dos professores inquiridos, 79%, consideram que os professores do ensino médio que trabalham com EA, como eixo transversal, precisam ter conhecimentos diferenciados dos demais professores.

Gráfico 9 – Conhecimentos diferenciados dos outros professores?



Das competências que consideram mais necessárias aos professores para trabalharem de forma transversal a EA destacam-se o conhecimento da realidade ambiental da comunidade onde trabalham, 245 de todas as respostas, o domínio do conteúdo, com 21%, o conhecimento da realidade ambiental global, com 15%, situando –se em último lugar a experiência com a temática e inovar nas atividades com 12% das respostas dadas.

Gráfico 10 – Principais competências



A maioria dos professores, 67,2%, afirma não sentir dificuldade em aplicar de forma interdisciplinar a temática da EA. Contudo, 69,6% dos que responderam sentir dificuldades nessa interdisciplinaridade consideram a falta de formação específica nessa área como a grande responsável por essa dificuldade enquanto que 4,3% não acham relevante essa abordagem.

Gráfico 11 – Possui dificuldade em aplicar de forma interdisciplinar a temática da EA

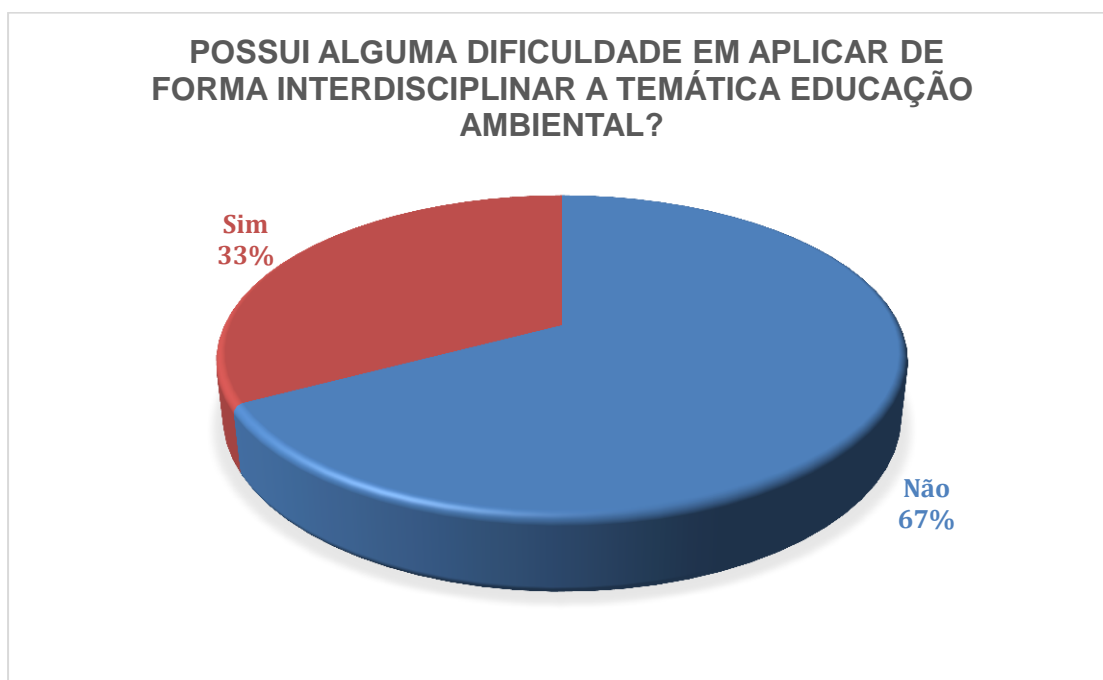
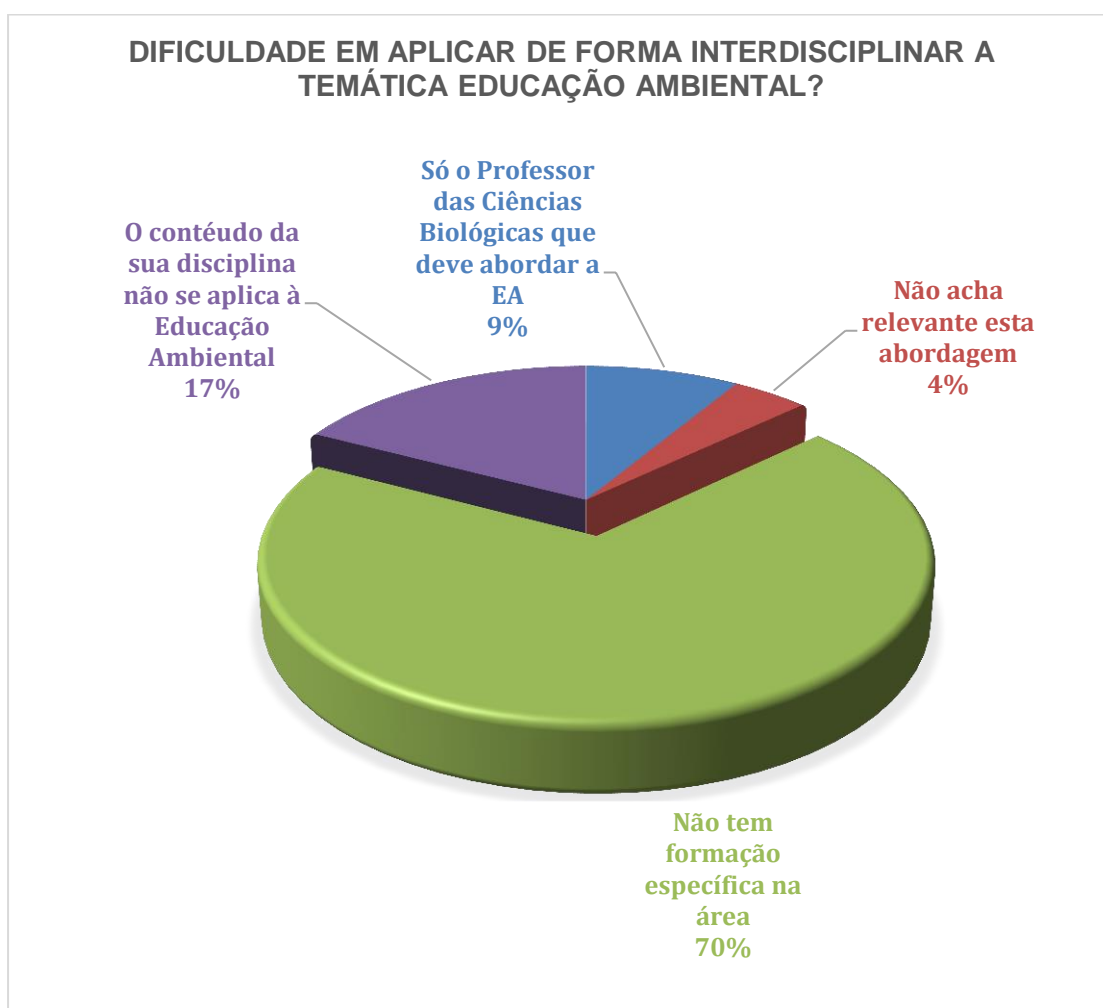


Gráfico 12 – Qual a dificuldade em aplicar de forma interdisciplinar a temática da EA



4.3 Documentos Orientadores da Prática Pedagógica em Educação Ambiental

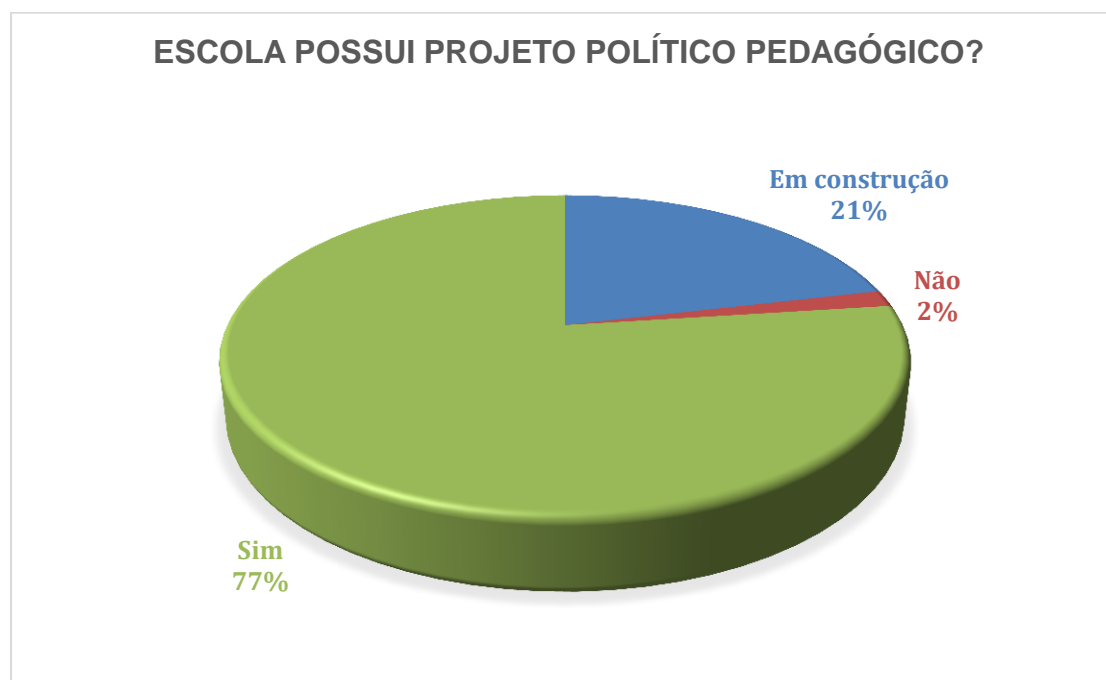
Relativamente a questão do Programa Ambiental do Estado da Bahia (PEA) Instituído pela Lei 12.056/2011, construída através de consulta pública, como estratégia de articulação democrática, só 25% dos docentes afirmaram que este documento é discutido na escola.

Gráfico 13 – PEA do Estado da Bahia é discutido na Escola?



Verificou-se também que 77% dos docentes afirma que sua escola possuem um PPP e 21% afirmam está em construção

Gráfico 14 –Escola possui Projeto Político Pedagógico?



De acordo com os dados 18% dos docentes afirmam trabalhar com os PCNs e 21% afirmam não trabalharem com os PCNs e 61% afirmam trabalhar com alguns deles.

Gráfico 15 –Escola trabalha com os PCNs?



4.4 Articulação entre o Projeto político Pedagógico e a Prática Docente em Educação Ambiental.

Em acordo com o desenvolvimento desta pesquisa, no que refere-se a abordagem da Educação Ambiental nas escolas, evidenciou-se, a necessidade de compreender como está articulado, o Projeto Político Pedagógico das unidades escolares correspondentes ao nosso estudo e a prática docente no âmbito da Educação Ambiental. Desejamos constatar sua efetiva influência na sala de aula.

De modo a percebermos o desenvolvimento deste processo de maneira mais contextualizada, foram realizadas análises do Projeto Político Pedagógico de cinco escolas estaduais do Município de Lauro de Freitas. A saber: Américo Simas, Bartolomeu de Gusmão, Hermano Gouveia Neto, Kleber Pacheco de Oliveira e Colégio Social de Portão.

Tabela 1 – Identificação das Escolas

ESCOLAS PESQUISADAS	NÚMERO DE DOCENTES DO ENSINO MÉDIO	CURSOS OFERTADOS	PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
Américo Simas	56 docentes	Ensino Fundamental I e II Ensino médio e Educação de Jovens e Adultos	Não possui, em construção

Bartolomeu de Gusmão	83 docentes	Ensino Médio nas modalidades de Formação Geral e EJA , (educação de jovens e adultos)	Possui e apresenta um forte viés para Educação Ambiental
Hermano Gouveia Neto	50 docentes	Ensino Fundamental II e Médio, fundada	Possui
Kleber Pacheco de Oliveira	44 docentes	Ensino Fundamental II, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA II e III)	Possui e apresenta projetos destinados a EA
Colégio Social de Portão	06 docentes	Ensino Médio e Curso Técnico Profissionalizante	Possui e apresenta projetos destinados a EA

Foram aplicados questionários on-line, junto aos professores dessas instituições escolares, a fim de obter, a partir do reconhecimento de suas práticas, a concepção dos professores sobre a promoção da Educação Ambiental em suas escolas.

Através de documentos como o Projeto Político Pedagógico é possível ter acesso a realidade escolar de forma complexa e contextualizada (BOGDAN; BIKLEN, 1994,p.180). Por meio dos documentos oficiais, os Investigadores podem ter acesso à “perspectiva oficial”, bem como a varias maneiras, como o pessoal da escola comunica”, o que permite “a compreensão de como a escola é ,definida por várias pessoas”, focando, assim, a realidade de forma complexa e contextualizada. (BOGDAN; BIKLEN, *op.cit.* p.180)

Mediante a análise do Projeto Político Pedagógico de cada escola serão apresentados as análises dos docentes referente a abordagem da Educação Ambiental nas respectivas escolas.

No **Colégio Américo Simas**, não encontramos o Projeto Político Pedagógico da escola, segundo a direção, a escola ainda não desenvolveu este documento. Mediante, tal revelação buscamos através das entrevistas e questionários com os professores traçar um panorama sobre o trabalho da Educação Ambiental na escola.

No **Colégio Estadual Bartolomeu de Gusmão**, a análise do PPP revelou que a instituição possui como um dos princípios educativos a sustentabilidade, afirmado no corpo do seu documento:

A instituição possui os seguintes princípios educativos, que perpassam pela integralidade, inclusão, diversidade e sustentabilidade, onde a reflexão sobre as práticas sociais, em um contexto marcado pela degradação permanente do meio ambiente e do seu ecossistema, envolve uma necessária articulação com a produção de sentidos sobre a educação ambiental. A dimensão ambiental configura-se crescentemente como uma questão que envolve um conjunto de atores do universo educativo, potencializando o engajamento dos diversos sistemas de conhecimento, a capacitação de profissionais e a comunidade universitária numa perspectiva interdisciplinar. (Projeto Político Pedagógico, EEBG, p. 45)

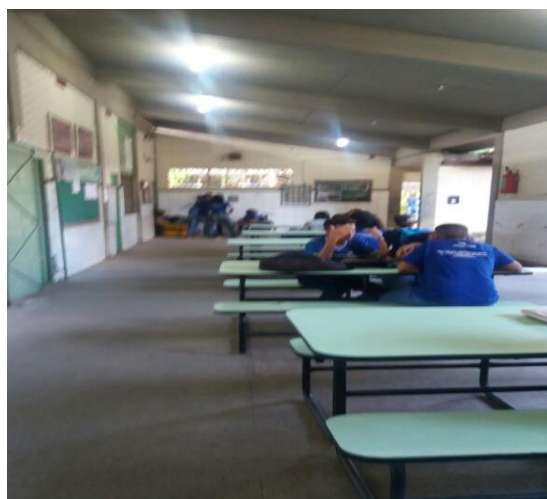
Ainda na análise do Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Bartolomeu de Gusmão, verificamos que há uma proposta de oficina de reciclagem, onde o mesmo visa desenvolver atividades de Educação Ambiental através da prática de reciclagem de papel e atividades lúdicas e artísticas, com duas horas/aula semanais.

Segundo o documento, o educando terá a oportunidade de se familiarizar com as práticas de Educação Ambiental, desenvolvendo ações de cidadania, respeito ao meio ambiente e sustentabilidade. Dentre as ações do projeto, a escola fomentará a construção de um espaço/oficina com utilização de materiais reciclados.

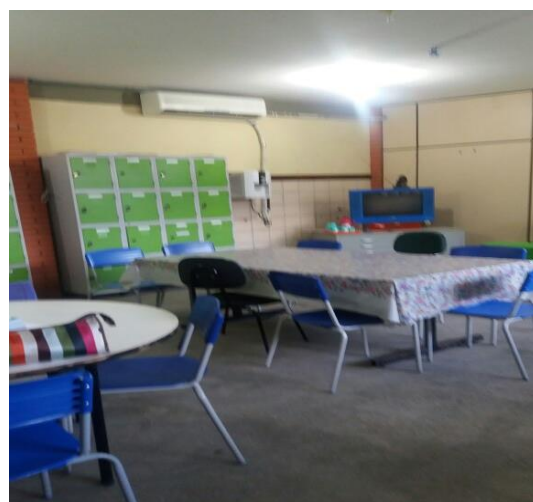
Neste espaço haverá atividades lúdicas e desenvolvimento de técnicas de reciclagem. Além das atividades de reciclagem, serão desenvolvidas atividades de compostagem e jardinagem no ambiente escolar, mas não cita que estas proposições de atividades sejam de forma interdisciplinar.

Podemos observar através da análise deste documento que a escola possui na sua concepção de currículo um forte viés para o desenvolvimento da Educação Ambiental de forma integrada com a prática. No entanto, de acordo com as respostas apresentadas nos questionários enviados aos professores, foram verificadas que os trabalhos são realizados de forma pontual e pouco articulada.

Figura 7- Escola Estadual Bartolomeu de Gusmão



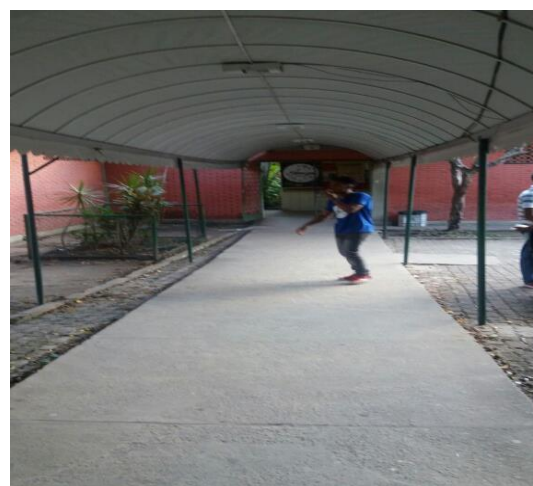
a) Sala de aula



c) Biblioteca



b) Entrada da Escola



d) Pátio principal da escola

Acervo Pessoal. Colégio Bartolomeu de Gusmão, 2016

Já no **Colégio Hermano Gouveia**, a análise do PPP, demonstrou que o mesmo foi elaborado em 2009 e contempla dimensões mais específicas da escola (comunitárias, administrativa e pedagógica) até as mais gerais (política, culturais e econômicas). Foram consideradas as contribuições das novas tecnologias da informação e do conhecimento, a mudança do eixo ensino-aprendizagem, deslocando o educando para o centro do processo, já que o mesmo deverá ser responsável pela sua construção do conhecimento, portanto uma mudança de paradigma.

O PPP do referido colégio se compromete a desenvolver desde 2009, projetos de trabalho de pesquisa-ensino-aprendizagem para a efetivação da mudança paradigmática, para sair dos limites do ensino por simples transmissão de conhecimentos, transferindo a responsabilidade do processo de construção do saber ao próprio aluno.

De acordo com o documento, o estudante assume o controle sobre sua aprendizagem, o professor coordena e articula a interação entre teoria e prática, entre o projeto político pedagógico da escola e a perspectiva comunitária, coletiva, cooperativa e participativa.

O corpo docente acatou o desenvolvimento do ensino aprendizagem por projetos, por acreditar que o processo educativo por projetos favorece aos estudantes a possibilidade do pensar e julgar por si, desenvolvendo o pensamento, a autonomia, a criatividade e a cooperação.

As decisões pedagógicas tornam os projetos como planos de trabalho para o desenvolvimento de um conjunto de atividades para proporcionar um ensino-aprendizagem acompanhado e diversificado e conteúdos disciplinares serão tratados a partir da escolha de temas geradores.

O PPP com **Projetos de Trabalho** por áreas de conhecimento pretende estimular a (re)significação dos espaços de aprendizagem voltados para a formação de sujeitos ativos, reflexivos, atuantes, participantes e cooperativos. Das propostas de ações educacionais por áreas do conhecimento na área das ciências biológicas cita o **Projeto Nutrição Saudável**, com o objetivo de estimular uma nutrição saudável a partir do conhecimento sobre os alimentos de forma geral. Dos objetivos apresentados no processo da reforma curricular, o documento aponta desenvolver projetos de pesquisa sobre as práticas de ensino-aprendizagem e produção de material didático para as

abordagens interdisciplinares e extensionistas, mas não relata que tipos de projetos são esses.

Também não foi encontrada na análise do documento nenhuma proposta de Educação Ambiental interdisciplinar. Tal ponto, nos causou imensa estranheza já que a respectiva escola, faz parte das instituições denominadas pelo MEC como, Escola Sustentável.

O PPP cita a autonomia intelectual dos alunos, o repensar do espaço da cidadania, a emergência de novos paradigmas, mas em nenhum momento, aborda a Educação Ambiental em seu contexto, nem mesmo como articuladora do exercício da cidadania no enfrentamento da questão ambiental, que não pressupõe somente na conscientização acerca dos deveres individuais pela moral ecologista, mas sim, na conscientização sobre direitos coletivos.

Mesmo apresentando um PPP flexível e participativo, o Colégio Estadual Hermano Gouveia Neto, não faz menção ao desenvolvimento de um Projeto específico de Educação Ambiental. Há em seu Projeto Político Pedagógico, a proposta de desenvolvimento de “subprojetos”, contudo é dada ao professor, a liberdade de escolher temas e trabalhá-lo dentro dos conteúdos estabelecidos para as diferentes áreas do conhecimento.

Figura 8 - . Escola Hermano Gouveia



a) Entrada principal da escola

b) Pátio

Foto: Acervo Pessoal. Escola Hermano Gouveia, 2016

Quanto ao **Colégio Estadual Kleber Pacheco de Oliveira**, a análise do PPP revela a necessidade de discussões sobre as atividades pedagógicas por área de conhecimento, a fim de construir propostas interdisciplinares em diferentes níveis, organizando projetos pedagógicos que envolvam todos os segmentos da escola, com a participação da comunidade, mas infelizmente o PPP da escola não exemplifica que tipos de projetos seriam esses e se a temática de Educação Ambiental estaria incluída.

Na página 20, o documento cita metas estabelecidas pela Comunidade Escolar para que a escola assegure uma aprendizagem de qualidade em que o educando possa ser um agente de transformação social, exercitando plenamente sua cidadania. Dentre as metas estabelecidas, encontra-se o **Projeto Meio Ambiente**, com a proposta de trabalhar de forma **interdisciplinar**, “visando melhorar o desempenho acadêmico dos alunos e desenvolver a consciência social e ambiental dos mesmos”.

Percebe-se que a Educação Ambiental, no Projeto Político Pedagógico da escola aparece apenas como uma meta, uma possibilidade, sua concepção não integra os fundamentos teóricos e metodológicos deste documento.

Isso também é evidenciado na resposta dos professores ao questionário aplicado durante essa pesquisa, nas quais apontam a inexistência da Educação Ambiental neste espaço escolar.

Em resumo as questões ambientais aparecem desvinculadas do Projeto Político Pedagógico, tendo apenas sutil presença, em interações dialógicas, como lembrete aos educandos da necessidade de preservação da natureza.

Figura 9- **Colégio Estadual Kleber Pacheco de Oliveira**



a) Muros da escola



b) Sala dos Professores



c) Entrada da escola



d) sala de aula

Foto: Acervo Pessoal. Colégio Estadual Kleber Pacheco, 2016

Já no **Colégio Social de Portão**, seu Projeto Político Pedagógico afirma que:

A sociedade é resultado histórico da construção humana, e que na luta por interesses e a busca de melhoria da qualidade de vida, diante desses pressupostos é preciso garantir um ensino - aprendizagem de qualidade com conteúdos significativos, relacionados às reais necessidades da sociedade e ao mesmo tempo críticos, ou seja, que atinjam a raiz dos problemas, que supere as aparências e principalmente que veiculem valores humanos fundamentais, tais como justiça, liberdade, solidariedade, verdade, igualdade, paz e desenvolvimento sustentável. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, P.15)

O PPP revela, que cabe ao professor repensar sua metodologia através de um processo de interação educador – educando – objeto de conhecimento – realidade, sendo o professor o mediador da construção do conhecimento, através de uma pedagogia participativa e problematizadora, fortalecendo a concepção da educação emancipadora, que realmente possibilita a emancipação das pessoas.

O **PPP** cita de forma ampla vários conceitos inerentes à educação e ao conteúdo das disciplinas de acordo às séries e cursos fornecidos, dentro das diretrizes curriculares vigentes.

A escola desenvolve atividades, dentro de um conceito amplo que foi denominado como:

“Repensando projetos”, onde cita projetos como: **Mantenho Limpa a Minha Escola; Horta Escolar; Arborização do Perímetro Escolar e Reciclagem na Biblioteca.**

Um projeto desenvolvido pela coletividade da escola, tendo como objetivo criar consciência atuante e transformadora do uso sustentável dos recursos naturais, o **Projeto da reciclagem na biblioteca**, mostra aos educandos a necessidade de preservar o material didático e também o aproveitamento do lixo que não é lixo produzido pelos próprios alunos em sala de aula ou fora dela e sim os livros utilizados, que com o passar do tempo, precisam ser recuperados.

Esta atividade é desenvolvida durante todo o ano letivo e tem por objetivo recuperar todos os livros e materiais da biblioteca que são utilizados pela comunidade escolar e que são danificados pelo uso constante e/ou indevido através de material reciclável, preservando o meio ambiente e orientando sobre a importância da reciclagem para um desenvolvimento sustentável.

Cada voluntário da comunidade escolar separa o lixo que pode ser reciclado e entrega à biblioteca da escola. Todo material é separado e armazenado em local próprio e posteriormente vendido, sendo o dinheiro aplicado na melhoria da biblioteca.

O projeto, **Horta na escola** veio ao encontro do desenvolvimento sustentável, não utilizando o uso de produtos industrializados ou adubos químicos na manutenção desta horta e sim adubos orgânicos.

Atualmente este projeto está desativado (desde 2012), mas com probabilidade de retorno em agosto de 2016,

O projeto, a **Arborização no Perímetro Escolar**, sensibiliza sobre a importância ecológica das árvores nativas e com mais de 50 anos existentes no espaço da Unidade Escolar, estimulando nos educandos, a responsabilidade do cuidar, preservar, com visão de proteção à vida.

Por último, o projeto **Mantendo Limpa Minha Escola**, proporciona o exercício da cidadania ao realizar **trabalhos de Educação Ambiental**, voltados à manutenção da limpeza escolar e a implantação da coleta seletiva dos resíduos sólidos .

A partir das análises efetuadas no Projeto Político Pedagógico dessas cinco escolas, percebe-se que o desenvolvimento da Educação Ambiental, ainda

carece de um maior interesse por parte da comunidade escolar, que as atividades relacionadas à temática ambiental ainda são simplistas e não se configuram como práticas de formação integral.

Apesar de possuir uma extensa normatização pelo governo, observa-se que o Projeto Político Pedagógico das escolas ainda não contemplam a Educação Ambiental de forma articulada, fundamentada, com concepções e metodologias que levem os educandos, a refletirem sobre as questões ambientais, construído conhecimento e competências fundamentais para transformar a realidade que o cerca.

Figura 10- Colégio Estadual Social de Portão, 2016



a) Entrada da Escola



b) quadra poliesportiva

Foto: Acervo Pessoal. Colégio Estadual Social de Portão, 2016



c) Trabalho de coleta seletiva



d) Entrada principal da escola

No município de Lauro de Freitas, mais precisamente na Área de Proteção Ambiental (APA), onde as cinco escolas estaduais inseridas no contexto desta pesquisa estão situadas, Américo Simas, Bartolomeu de Gusmão, Hermano Gouveia Neto, Kleber Pacheco de Oliveira e Colégio Social de Portão identificamos que nenhuma delas possuem o selo do Com-Vida ou sequer possuem no Projeto Político Pedagógico qualquer menção ao trabalho com a Educação Ambiental.

Os questionários aplicados aos docentes destas unidades escolares, durante o processo de pesquisa revelaram que os programas e projetos de incentivo a Educação Ambiental oferecidos pelo governo federal e estadual não tem chegado de forma efetiva as escolas destas áreas.

O que demonstra que escolas mesmo inseridas em, Área de Proteção Ambiental (APA), não necessariamente, participam dos programas propostos pelos órgãos públicos ou mesmo, possuem profissionais capazes e habilitados a perceberem a importância do contexto em que estão atuando.

4.5 Regimento Escolar Unificado

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 20 de dezembro de 1996, e demais resoluções e pareceres dos Conselhos Nacional e Estadual de Educação foi instituído o Regimento Escolar para as unidades escolares que integram o Sistema Público Estadual de Ensino.

O Regimento Escolar é um documento definidor da natureza e da finalidade da escola, da relação gerencial entre seus elementos constitutivos, das atribuições de seus órgãos e sujeitos, das suas normas pedagógicas, dos direitos e deveres dos seus sujeitos, das funções e instâncias de representação dos seus sujeitos. (BRASIL,2011,p. 1)

Nesta perspectiva, o Governo do Estado da Bahia publica a Portaria nº 5872 de 15 de julho de 2011, que aprova o Regimento Escolar das unidades escolares integrantes do Sistema Público Estadual. No entanto, este documento normativo, tem por diferencial ser um Regimento Unificado.

O Regimento Unificado da Rede Pública Estadual de Ensino, “regula o funcionamento das escolas no nível das competências de cada um dos seus órgãos constitutivos, institui o ordenamento das atividades pedagógicas e didáticas e estabelece, também, como deve ser o convívio social entre os atores que formam a comunidade escolar”. (BRASIL,2011,p.1)

A proposta do Regimento Unificado é agregar mais fatores organizativos à escola, no intuito de contribuir para um melhor ordenamento e sistematização da rede escolar.

O Regimento Unificado da Rede Pública Estadual de Ensino, foi construído pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia, após uma análise criteriosa dos especialistas e gestores de unidades escolares e das Diretorias Regionais de Educação (Direc), com a participação do Conselho Estadual de Educação (CEE).

Neste sentido, o Regimento Unificado, estabelece que as escolas da rede estadual da Bahia, passam a ter regras comuns de convivência, aderência institucional ao Estatuto da Criança e do Adolescente e ao Programa Nacional de Direitos Humanos, bem como às recomendações do Ministério Público sobre comportamento escolar.

O Regimento Unificado, tem como objetivos instituir regras para organização didática, para o planejamento da escola e traz diretrizes para uma melhor articulação pedagógica entre os professores.

Com a instituição de um Regimento Escolar Unificado, o governo define claramente direitos e deveres de estudantes, professores e demais funcionários, estabelecendo critérios a serem seguidos por todos.

O Regimento Escolar Unificado ressalta a importância da existência do projeto político-pedagógico, pois o mesmo é considerado uma ferramenta indispensável à organização e funcionamento da unidade escolar, já que expressa a sua identidade, definindo as bases políticas, filosóficas e pedagógicas que fundamentam a sua ação educativa no exercício da sua autonomia pedagógica e administrativa, com vistas à garantia do padrão de qualidade no processo educativo.

O documento não cita a abordagem da atuação da educação ambiental nas unidades escolares, partindo do pressuposto, que a temática deve constar no Projeto Político Pedagógico da escola, conforme discutimos até então.

5 Considerações finais

As observações efetuadas ao longo desta pesquisa permitem estabelecer considerações sobre os resultados alcançados, atenta a sua finalidade de analisar como as escolas estaduais do município de Lauro de Freitas-Ba, situadas na APA Joanes-Ipitanga, desenvolvem e trabalham a Educação Ambiental e Ecológica no ensino médio. Orientou-se o trabalho na proposição de que a forte regulamentação da Educação Ambiental pelo Estado e sua intervenção no currículo escolar, tiveram um papel relevante nas ações realizadas pelas escolas estaduais no município de Lauro de Freitas.

Os fundamentos teóricos e metodológicos utilizados na pesquisa ofereceram o suporte necessário à análise dos fatos e a sua interpretação, sobretudo os estudos sobre a evolução da EA, as políticas públicas para EA no Brasil, a formação docente e programas para EA, que possibilitaram a compreensão do cenário educacional no Brasil e em especial no Estado da Bahia, mais precisamente no Município de Lauro de Freitas.

Alguns desafios marcaram a elaboração desta pesquisa: a dificuldade de registros e materiais como PPP, planos de aula, materiais de apoio tão necessário em um trabalho desta natureza e que muitas vezes não são disponibilizados ou mesmo criados pelas escolas.

As dificuldades nas entrevistas com profissionais do Instituto Anísio Teixeira, tão relevante ao nosso estudo, devido a importância da Instituição como órgão responsável pela formação dos professores do Estado e municípios da Bahia, bem como, as dificuldades em disponibilizar documentos de outra gestão, ou mesmo possuir arquivos que registrem a memória das ações ali implementadas.

As dificuldades em relatar com mais elementos as ações formadoras no âmbito da Educação Ambiental, evidenciaram a fragmentação das ações, revelando uma descontinuidade das políticas públicas para a Educação Ambiental.

Desse modo, documentos como PPP, Regimento Interno e questionários aplicados aos docentes foram priorizadas como essenciais ao trabalho.

Pode-se identificar que a Educação Ambiental, está bem regulamentada no País e que durante alguns anos o governo esforçou-se em criar políticas públicas que a incluíssem no contexto escolar de forma dialógica. No entanto, podemos verificar que carece ao Estado, uma capacidade operacional que estabeleça um verdadeiro elo com a escola. Foi possível identificar na nossa pesquisa, que muito dos projetos e programas oferecidos pelo Estado, não são implementados nas escolas, devido a falta de articulação entre o governo federal, estadual, municipal e gestores escolares.

A pesquisa revelou que esse descompasso entre as propostas do governo para EA e as ações efetivas no espaço escolar, tem levado as escolas a abordarem, (quando abordam) a Educação Ambiental de forma superficial, através de propostas sem qualquer articulação com o Projeto Político Pedagógico da escola. Algumas ações pontuais de professores é que são verificadas neste contexto.

Outro ponto importante verificado pela pesquisa é no que refere-se a formação docente, pois, os professores não sentem-se preparados para trabalharem com Educação Ambiental de forma interdisciplinar. Constatamos que a exígua formação docente na área, bem como, o pouco conhecimento socioambiental do espaço em que a escola está situada, contribui para que as atividades de Educação Ambiental sejam pouco efetivas e de fato interventivas pois, também acabam por não envolver a comunidade.

Entretanto, surpreende ao pesquisador verificar que as escolas estaduais situadas na APA não possuem qualquer ligação com o contexto em que estão inseridas e que em seu PPP, não existe menção que pertençam a APA, nem há qualquer projeto que promova o envolvimento desta área protegida com a comunidade.

É preciso, no entanto, sem justificar as falhas dos agentes envolvidos, que as escolas, em especial as situadas em áreas protegidas necessitam de maiores investimentos e parcerias. Criar as leis e órgãos governamentais para geri-las, implementar as políticas públicas para EA nas esferas

educacionais e não se preocupar com a real efetivação dessas ações nas escolas, tem sido o ponto de entrave para que a EA se concretize de fato, atingindo o público a quem está direcionado.

Verifica-se por fim, que uma pesquisa sobre a Educação Ambiental nas escolas, não se esgota. É cada vez mais urgente e necessário que pesquisadores professores se debrucem sobre a temática e a partir dos múltiplos olhares sobre o contexto escolar, possam sobretudo, propor soluções e trazer contribuições. Os resultados apontam que uma boa estratégia poderia ser a formação continuada, com temas em Educação Ambiental, dentro da instituição, com o intuito de buscar no diálogo um fazer interdisciplinar entre os docentes.

Essa pesquisa permitiu, apontar aspectos que, podem nortear professores, gestores e comunidade na direção de melhoria da qualidade da Educação Ambiental nas escolas.

6. Referências

AB' SABER, A .N. 1991. (Re) **Conceituando Educação Ambiental**. MAST-Museu de Astronomia e Ciências Afins/CNPq.

AVANZI, M. . Ecopedagogia. In: LAYRARGUES, P. P. (Ed.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p. 156.

BARBOSA, D. A **Competência do educador popular e a interdisciplinaridade do conhecimento**. In: FAZENDA, I. C. A. (Ed.). . **Práticas interdisciplinares na escola**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 67–77.

BENAVENTE, A. **Mudar a Escola, Mudar as Práticas – Um Estudo de Caso A Educação Ambiental**. Lisboa: Escolar Editora, 1999.

BRASIL. Lei n. 6.938, de 02 de set. 1981. **Dispõe sobre a política Nacional de Meio ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências**. Disponível em: < <http://www.mec.gov.br> >. Acesso em: 4 jul. 2016.

BRASIL. Lei n. 9.394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 4 jul. 2016.

BRASIL. Lei n. 9.795/99, **Política Nacional de Educação Ambiental**. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 4 jul. 2016.

BORGES, J.A.S. **Educação ambiental na perspectiva da educação inclusiva**, 2011. Disponível em: http://www.rsaccessivel.rs.gov.br/uploads/1338230072Artigo_Jorge_Amaro.pdf . Acesso em 23/10/2016

BRÜGGER, P. **Educação ou adestramento ambiental?** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.

CAMPIANI, M. C. **Os temas transversais na educação**. São Paulo: Códex, 2001.

CAPRA, F. **A teia da vida**. São Paulo: Cultrix, 1996.

CARVALHO, I. C. M. **Educação Ambiental Crítica: nomes e endereçamentos da educação**. In: LAYRARGUES, P. P. (Ed.). . **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. [s.l.] Ministério do Meio Ambiente, 2004. p. 156.

CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006a.

CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006b.

CHALITA, Gabriel. **Educação: a solução está no afeto**. São Paulo: Gente, 2002, p.34.

CHARURI, C. **Educação ambiental**. Curitiba: IBEPEX, 2005.

COIMBRA, J. A. A. **Considerações sobre a interdisciplinaridade**. In: PHILIPPI JR., A. (Ed.). . Interdisciplinaridade em ciências ambientais. São Paulo: Signus, 2000.

DEMO, P. **Educação & conhecimento - relação necessária, insuficiente e controversa**. Petrópolis: Vozes, 2001.

DIAS, G.F. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, 1992. 399 p.

DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 8. ed. São Paulo: Gaia, 2004.

DÍAZ, A. P. **Educação ambiental como projeto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

DOLL, W. E. J. **Currículo: uma perspectiva pós-moderna**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

DURAND, G. **Multidisciplinarités et heuristique**. In: PORTELLA, E. (Ed.). . Entre savoirs. L'Interdisciplinarité en acte: enjeux, obstacles, perspectives. Toulouse: Éres /UNESCO, 1991.

ESTEVES, L. M. **Da Teoria à Prática: Educação Ambiental com as Crianças Pequenas- O Fio da História**. Porto: Porto Editora, 1998.

ETGES, N. J. **Produção do conhecimento e interdisciplinaridade**. In: Educação e Realidade. Porto Alegre: Faculdade de Educação da UFRGS, 1993. v. 18p. 73–82.

FAZENDA, I. C. A. (ED.). **Novos enfoques da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1992.

FAZENDA, I. C. A. (ED.). **Práticas interdisciplinares na escola**. São Paulo: Cortez, 1993.

FAZENDA, I. C. A. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1995.

FAZENDA, I. C. A. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

FAZENDA, I. C. A. (ED.). **A virtude da força nas práticas interdisciplinares**. Campinas: Papyrus, 1999.

FAZENDA, I. C. A. (ED.). **Dicionário em construção: interdisciplinaridade**. São Paulo: Cortez, 2001.

FAZENDA, I. C. A. (ED.). **Didática e intersdisciplinaridade**. 7. ed. Campinas: Papirus, 2002.

FIGUEIREDO, A. J. DE; FONTES, A. S. **Breve introdução à história dos Colégios Militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias, 1958.

FLORIANI, D. **Marcos Conceituais para o Desenvolvimento da Interdisciplinaridade**. In: PHILIPPI JR., A. (Ed.). . Interdisciplinaridade em Ciências Sociais. São Paulo: Signus, 2000.

FREITAS, L. C.; SORDI, M. R. L.; MALAVAZI, M. M. **Dialética da inclusão e da exclusão: por uma qualidade negociada e emancipatória nas escolas**. In: GERALDI, C. M. G.; RIOLFI, C. R.; GARCIA, M. F. (Eds.). . Escola viva: elementos para a construção de uma educação de qualidade social. Campinas: Mercado das Letras, 2004.

GADOTTI, M. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2000.

GONÇALVES, H. DE A. **Manual de monografia, dissertação e tese**. São Paulo: Avercamp, 2004.

GONDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. São Paulo: Editora Record, 1998.

GRUN, M. **Ética e Educação Ambiental. A conexão necessária**. Editora Papirus, 11ª edição, 2007, p.19. Magistério Formação e Trabalho.

GUEDES, José Carlos de Souza. **Educação ambiental nas escolas de ensino fundamental: estudo de caso**. Garanhuns: Ed. do autor, 2006.

GUIMARÃES, M. Educação Ambiental Crítica. In: LAYRARGUES, P. P. (Ed.). . **Identities da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p. 156.

GUSDORF, G. A fala. **Tradução de Tito de Avillez**. Rio de Janeiro: Coleção Contexto, 1997.

GUTIÉRREZ, F.; PRADO, C. **Ecopedagogia e cidadania planetária**. São Paulo: Cortez, 2000.

HORNBURG, Nice. SILVA, Rubia da. **Teorias sobre currículo: uma análise para compreensão e mudança**. Vol. 3n 10 jan. e jun./2007. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/520266/TEORIAS-SOBRE-CURRICULO>

JACOBI, P. et al. (orgs.). **Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências**. São Paulo: SMA, 1998.

JAPIASSÚ, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. São Paulo: Imago, 1976.

JAPIASSÚ, H. Prefácio. In: FAZENDA, I. C. A. (Ed.). **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1996. p. 11–18.

KLEIN, J. T. **Ensino interdisciplinar: didática e teoria**. In: FAZENDA, I. C. A. (Ed.). . Didática e interdisciplinaridade. Campinas: Papirus, 2002. p. 109–132.

LAYRARGUES, P. . **Para que a Educação Ambiental encontre a educação**. In: LOUREIRO, C. F. B. (Ed.). . Trajetória e fundamentos da educação ambiental. São Paulo: Cortez, 2004a. p. 150.

LAYRARGUES, P. P. (Re) **Conhecendo a educação ambiental brasileira**. In: LAYRARGUES, P. P. (Ed.). . Identidades da educação ambiental brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004b.

LEFF, E. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2002.

LEONARDI, Maria Lúcia Azevedo. **A educação ambiental como um dos instrumentos de superação da insustentabilidade da sociedade atual**. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas. São Paulo: Cortez, 1997.

LIMA, G. F. C. **Educação, emancipação e sustentabilidade: em defesa de uma pedagogia libertadora para a educação ambiental**. In: LAYRARGUES, P. P. (Ed.). . Identidades da Educação Ambiental Brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004a. p. 156.

LIMA, W. **Aprendizagem e classificação social: um desafio aos conceitos**. Revista do ISEP/Programa de Mestrado em Ciências Pedagógicas, v. 3, n. 1, p. 29–55, 2004b.

LOBATO, W. **Educação e meio ambiente: o desafio da incorporação da dimensão ambiental na prática docente**. I ENCONTRO NACIONAL DE PRÁTICA DE ENSINO DE GEOGRAFIA. Anais...Belo Horizonte: Anais Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 1999

LOUREIRO, C. F. B. **Educação Ambiental Transformadora**. In: LAYRARGUES, P. P. (Ed.). . Identidades da Educação Ambiental Brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004b. p. 156.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004a.

LOUREIRO, C.; LAYARGUES, P.; CASTRO, R. (EDS.). **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate**. São Paulo: Cortez, 2006.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: E.P.U., 1986.

MARANHÃO, M. DE A. **Educação ambiental: a única saída.** Educação Ambiental em Ação, v. 13, 2005.

MARINHO, A. M. S. **A educação ambiental e o desafio da interdisciplinaridade.** [s.l.] Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2004.

MEC/SEF. **Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente e saúde.** Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1997a. v. 9

MEC/SEF. **Parâmetros curriculares nacionais: ciências naturais.** Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1997b. v. 4

MEC/SEF. **Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais – ética.** Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1997c. v. 8

MILANEZI, P. L. **A participação da matemática em práticas pedagógicas interdisciplinares.** [s.l.] Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006.

MINAYO, M. C. DE S. **Pesquisa social. Teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 1994.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Material de educação: consumo sustentável.** Brasília: IDEC, 2002a.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Agenda Ambiental 21. Brasília: **Programa Nacional de Educação Ambiental**, 2002b.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Manual de orientação.** Brasília: Programa Nacional de Educação Ambiental, 2004.

NÓVOA, A. (Org). **Os professores e a sua formação.** Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1992.

PEDRINI, A. DE G. (ED.). **Educação Ambiental: reflexões e práticas contemporâneas.** Petrópolis: Vozes, 1997.

PELIZZOLI, M. L. **Correntes da ética ambiental.** Petrópolis: Vozes, 2002.

POLLI, A.; SIGNORINI, T. **A inserção da Educação Ambiental na prática pedagógica.** Revista Ambiente & Educação, v. 17, n. 2, 2012.

REIGOTA, M. (ED.). **Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão.** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.

REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

RUSCHEINSKY, A. **Atores Sociais e Meio Ambiente**. In: LAYRARGUES, P. P. (Ed.). . **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p. 156.

SORRENTINO, M. De Tbilisi a Thessaloniki: **A educação ambiental no Brasil**. In: QUINTAS, J. S. (Ed.). . **Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente**. Brasília: Ibama, 2000.

TRISTÃO, M. **A educação ambiental na formação de professores: redes de saberes**. São Paulo/Vitória: Annablume/Facitec, 2004.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. **Declaration of Thessaloniki**. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001177/117772eo.pdf>>. Acesso em: 21 maio. 2016.

VEIGA, I. P. A. **Projeto político-pedagógico da escola: Uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1995.

VEIGA NETO, ALFREDO. De **Geometrias, Currículo e Diferenças IN: Educação e Sociedade, Dossiê Diferenças-2002**.

YIN, R. K. **Estudo de caso. Planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Anexos

Anexo A - Resultados do tratamento estatístico dos dados do questionário

Frequency Table

		Sexo			
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Válido	Feminino	47	77,0	77,0	77,0
	Masculino	14	23,0	23,0	100,0
	Total	61	100,0	100,0	

		Qual a sua formação? (indique o curso de maior graduação)			
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Válido	Doutorado	3	4,9	4,9	4,9
	Ensino Superior	2	3,3	3,3	8,2
	io	50	82,0	82,0	90,2
	Mestrado	6	9,8	9,8	100,0
	Total	61	100,0	100,0	

Algum dos cursos que você marcou acima for na área de Educação Ambiental, por favor, indique o nível do curso:

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Doutorado	1	1,6	1,8	1,8
Ensino Superior	1	1,6	1,8	3,5
Especialização	11	18,0	19,3	22,8
Mestrado	1	1,6	1,8	24,6
Não Aplicável (NA)	43	70,5	75,4	100,0
Total	57	93,4	100,0	
Não Respondeu	4	6,6		
Total	61	100,0		

Você possui algum curso de formação de professores (atualização, treinamento, capacitação etc) voltado para o trabalho com Educação Ambiental ?

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Não	39	63,9	63,9	63,9
Válido Sim	22	36,1	36,1	100,0
Total	61	100,0	100,0	

Quem promoveu essa formação?

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Conta própria	8	13,1	36,4	36,4
Governo Estadual	8	13,1	36,4	72,7
Válido Governo Federal	5	8,2	22,7	95,5
Município	1	1,6	4,5	100,0
Total	22	36,1	100,0	
Ausente NR	39	63,9		
Total	61	100,0		

Em que ano obteve essa formação?

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulada	
Válido	1978	1	1,6	4,5	4,5
	2000	1	1,6	4,5	9,1
	2002	1	1,6	4,5	13,6
	2004	1	1,6	4,5	18,2
	2006	1	1,6	4,5	22,7
	2008	2	3,3	9,1	31,8
	2009	1	1,6	4,5	36,4
	2010	3	4,9	13,6	50,0
	2011	1	1,6	4,5	54,5
	2012	3	4,9	13,6	68,2
	2013	2	3,3	9,1	77,3
	2014	1	1,6	4,5	81,8
	2015	2	3,3	9,1	90,9
	2016	2	3,3	9,1	100,0
	Total	22	36,1	100,0	
Ausente	Sistema	39	63,9		
Total		61	100,0		

Há quanto tempo você trabalha nesta Escola? (em anos)

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulada	
Válido	1	1	1,6	1,9	1,9
	2	3	4,9	5,6	7,4
	3	2	3,3	3,7	11,1
	4	3	4,9	5,6	16,7
	5	7	11,5	13,0	29,6
	6	2	3,3	3,7	33,3
	7	3	4,9	5,6	38,9
	8	5	8,2	9,3	48,1
	9	1	1,6	1,9	50,0
	10	4	6,6	7,4	57,4
	12	3	4,9	5,6	63,0
	13	5	8,2	9,3	72,2
	14	2	3,3	3,7	75,9
	15	1	1,6	1,9	77,8

	18	5	8,2	9,3	87,0
	19	1	1,6	1,9	88,9
	21	1	1,6	1,9	90,7
	23	1	1,6	1,9	92,6
	25	2	3,3	3,7	96,3
	35	2	3,3	3,7	100,0
	Total	54	88,5	100,0	
Ausente	Sistema	7	11,5		
Total		61	100,0		

Você já realizou algum trabalho ou projeto voltado para a Educação Ambiental e Ecológica destinados aos estudantes do Ensino Médio?

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Válido Não	30	49,2	49,2	49,2
Válido Sim	31	50,8	50,8	100,0
Total	61	100,0	100,0	

Qual a Escola em que foi trabalhado

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Válido Centro Educacional Marquês de Abrantes	1	1,6	3,2	3,2
Válido CEVILHA	1	1,6	3,2	6,5
Válido Colégio Estadual Bartolomeu de Gusmão	7	11,5	22,6	29,0
Válido Colégio Estadual Kleber Pacheco de Oliveira	10	16,4	32,3	61,3
Válido Colégio Estadual Landulfo Alves	1	1,6	3,2	64,5
Válido Colégio Estadual Vera Lux	1	1,6	3,2	67,7
Válido Colegio Modelo Luís eduardo Magalhaes de Jequié NRE22	1	1,6	3,2	71,0
Válido Colégio Social de Portão	3	4,9	9,7	80,6
Válido Escola Estadual Américo Simas	3	4,9	9,7	90,3

	Municipal de Ourolandia	1	1,6	3,2	93,5
	Sesi	1	1,6	3,2	96,8
	Vilas de Abrantes	1	1,6	3,2	100,0
	Total	31	50,8	100,0	
Ausente	NR	30	49,2		
Total		61	100,0		

Em que ano foi realizado

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Válido	2000	1	1,6	3,2
	2003	1	1,6	6,5
	2004	1	1,6	9,7
	2005	1	1,6	12,9
	2008	2	3,3	19,4
	2010	5	8,2	35,5
	2012	5	8,2	51,6
	2013	5	8,2	67,7
	2014	7	11,5	90,3
	2015	2	3,3	96,8
	2016	1	1,6	100,0
	Total	31	50,8	100,0
Ausente	Sistema	30	49,2	
Total		61	100,0	

O que levou a realizar este trabalho?

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Válido	Interesse pessoal	15	24,6	48,4	48,4
	Orientação da Coordenação	11	18,0	35,5	83,9
	Projeto de colega de outra área	5	8,2	16,1	100,0
	Total	31	50,8	100,0	
Ausente	NR	30	49,2		
Total		61	100,0		

Qual o nome do trabalho ou projeto?

		Frequência	Percentagem	Percentage m válida	Percentagem acumulada
Válido	"Água"	1	1,6	1,6	1,6
	A interferência do homem no ecossistema marinho	1	1,6	1,6	3,3
	Aprendendo a reciclar, reciclando	1	1,6	1,6	4,9
	Doenças transmitidas pela água	1	1,6	1,6	6,6
	ECO RIO 92 ECOTERRA 2000	1	1,6	1,6	8,2
	Educação ambiental	1	1,6	1,6	9,8
	Eu e meu ambiente	2	3,3	3,3	11,5
	Experimentos com energia alternativa	1	1,6	1,6	14,8
	Feira de São Joaquim	1	1,6	1,6	16,4
	JA Juventude em Ação Construindo a Agenda 21	1	1,6	1,6	18,0
	JA Juventude em Ação Construindo Agenda 21	1	1,6	1,6	19,7
	Meio ambiente e reciclagem	1	1,6	1,6	21,3
	Movimento, sociedade e ambiente	1	1,6	1,6	23,0
	não lembro	1	1,6	1,6	24,6
	nao me lembro	1	1,6	1,6	26,2
	NR	29	47,5	47,5	27,9
					75,4

O meio ambiente e produção de energia	1	1,6	1,6	77,0
Oficina de instrumentos musicais de materiais reutilizáveis	1	1,6	1,6	78,7
Os impactos do desenvolvimento urbano de Lauro de Freitas no Meio Ambiente	1	1,6	1,6	80,3
PLANETA ÁGUA	1	1,6	1,6	82,0
Poluição do ar	1	1,6	1,6	83,6
PROJETO AMBIENTALISTA ECOTERRA	1	1,6	1,6	85,2
Projeto Meio Ambiente	1	1,6	1,6	86,9
Projeto Reciclando e Educando	1	1,6	1,6	88,5
Projeto sobre a Água - Interdisciplinar	1	1,6	1,6	90,2
Reciclagem	1	1,6	1,6	91,8
Semana do Meio Ambiente	2	3,3	3,3	95,1
Sobre reciclagem ,não lembro o nome	1	1,6	1,6	96,7
Sustentabilidade	1	1,6	1,6	98,4
Turismo nas Escolas	1	1,6	1,6	100,0
Total	61	100,0	100,0	

De acordo com sua perspectiva e utilizando a escala abaixo, qual o grau de relevância com que a Educação Ambiental e Ecológica é tratada na instituição de ensino em que você trabalha?

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulada
1	4	6,6	6,6	6,6
2	8	13,1	13,1	19,7
3	25	41,0	41,0	60,7
4	15	24,6	24,6	85,2
5	9	14,8	14,8	100,0
Total	61	100,0	100,0	

Na sua opinião os/as professores/as do ensino médio que trabalham com Educação Ambiental, como eixo transversal precisam ter conhecimentos diferenciados dos demais professores?

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulada
Válido Não	13	21,3	21,3	21,3
Válido Sim	48	78,7	78,7	100,0
Total	61	100,0	100,0	

Se respondeu SIM, indique uma competência que você considera ser a mais necessária aos professores do ensino médio para trabalharem de forma transversal a Educação Ambiental?

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulada
Válido Conhecimento da realidade ambiental global	5	8,2	10,4	10,4
Válido Conhecimento da realidade ambiental da sua comunidade	6	9,8	12,5	22,9
Válido Conhecimento da realidade ambiental da sua comunidade, Conhecimento da realidade ambiental global	1	1,6	2,1	25,0
Válido Conhecimento da realidade ambiental da sua comunidade, Conhecimento da realidade ambiental global, Experiência com a temática	1	1,6	2,1	27,1
Válido Conhecimento da realidade ambiental da sua comunidade, Conhecimento da realidade ambiental global, Planejar as atividades	3	4,9	6,3	33,3
Válido Conhecimento da realidade ambiental da sua comunidade, Planejar as atividades, Inovar nas atividades	1	1,6	2,1	35,4
Válido Domínio de conteúdo	5	8,2	10,4	45,8

Domínio de conteúdo, Conhecimento da realidade ambiental da sua comunidade, Conhecimento da realidade ambiental global	1	1,6	2,1	47,9
Domínio de conteúdo, Conhecimento da realidade ambiental da sua comunidade, Conhecimento da realidade ambiental global, Experiência com a temática, Planejar as atividades, Inovar nas atividades	6	9,8	12,5	60,4
Domínio de conteúdo, Conhecimento da realidade ambiental da sua comunidade, Conhecimento da realidade ambiental global, Planejar as atividades	1	1,6	2,1	62,5
Domínio de conteúdo, Conhecimento da realidade ambiental da sua comunidade, Conhecimento da realidade ambiental global, Planejar as atividades, Inovar nas atividades	4	6,6	8,3	70,8
Domínio de conteúdo, Conhecimento da realidade ambiental da sua comunidade, Experiência com a temática, Inovar nas atividades	1	1,6	2,1	72,9
Domínio de conteúdo, Conhecimento da realidade ambiental da sua comunidade, Experiência com a temática, Planejar as atividades	3	4,9	6,3	79,2
Domínio de conteúdo, Conhecimento da realidade ambiental da sua comunidade, Inovar nas atividades	2	3,3	4,2	83,3
Domínio de conteúdo, Conhecimento da realidade ambiental da sua comunidade, Planejar as atividades	1	1,6	2,1	85,4

	Domínio de conteúdo, Creio que deveria ser uma competência de todo educador	1	1,6	2,1	87,5
	Domínio de conteúdo, Experiência com a temática	1	1,6	2,1	89,6
	Experiência com a temática	2	3,3	4,2	93,8
	Inovar nas atividades	1	1,6	2,1	95,8
	Planejar as atividades	2	3,3	4,2	100,0
	Total	48	78,7	100,0	
Ausente	NR	13	21,3		
Total		61	100,0		

Você possui alguma dificuldade em aplicar de forma interdisciplinar a temática Educação Ambiental?

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulada
Válido Não	41	67,2	67,2	67,2
Válido Sim	20	32,8	32,8	100,0
Total	61	100,0	100,0	

Se respondeu SIM, Indique uma dificuldade que você encontra para trabalhar de forma interdisciplinar a temática Educação Ambiental.

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulada	
Válido	Acredita que só o Professor das Ciências Biológicas que deve abordar a Educação Ambiental	2	3,3	8,7	8,7
	Não acha relevante esta abordagem	1	1,6	4,3	13,0
	Não tem formação específica na área	16	26,2	69,6	82,6
	O conteúdo da sua disciplina não se aplica à Educação Ambiental	4	6,6	17,4	100,0
	Total	23	37,7	100,0	
Ausente	NR	38	62,3		
Total		61	100,0		

O “Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global” resultou da 1ª Jornada de Educação Ambiental, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, durante o Fórum Global, evento paralelo à 2ª Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92 .Você Professor, conhece os princípios ou alguns deles, que constam neste Tratado e que hoje inspiram a atuação de inúmeras iniciativas de EA?

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulada
Válido Não	32	52,5	52,5	52,5
Sim	29	47,5	47,5	100,0
Total	61	100,0	100,0	

O Programa de Educação Ambiental do Estado da Bahia (PEA), instituído pela Lei nº 12.056 em 07 de janeiro de 2011, construída através de consulta pública, como estratégia de articulação democrática, dispõe sobre os conceitos, objetivos, princípios, diretrizes, instrumentos e linhas de ação para a implantação da Política de Educação Ambiental. Este Programa é discutido na sua Escola?

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulada
Válido Não	46	75,4	75,4	75,4
Sim	15	24,6	24,6	100,0
Total	61	100,0	100,0	

De acordo à Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental na modalidade do Ensino Médio: 1. Aprofundamento do pensamento crítico por meio de estudos científicos, socioeconômicos, políticos e históricos a partir da dimensão socioambiental, valorizando participação, cooperação, senso de justiça e responsabilidade. 2. Identificação de potencialidades, problemas e conflitos socioambientais para a elaboração de projetos multidisciplinares que cumpram objetivos educacionais curriculares de forma transversal, prevendo a realização de ações concretas, de acordo com o nível de gestão/proposição possível por cada grupo; 3. Reflexão sobre as injustiças sociais e ambientais que recaem de forma desproporcional sobre os grupos e as etnias vulnerabilizados, contribuindo para o Mapeamento do Racismo Ambiental no Brasil. Os itens acima são trabalhados na sua escola?

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Válido	Alguns deles	37	60,7	60,7
	Não	13	21,3	82,0
	SIM	11	18,0	100,0
	Total	61	100,0	100,0

A sua Escola possui Projeto Político Pedagógico?

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Válido	Em construção	13	21,3	21,3
	Não	1	1,6	23,0
	Sim	47	77,0	100,0
	Total	61	100,0	100,0

Nossa cidade de Lauro de Freitas, faz parte da região metropolitana de Salvador e é cortada pelas águas dos rios Ipitanga e Sapato, altamente poluídos, pelos dejetos domésticos lançados diretamente nos mesmos.Sua escola possui algum projeto interdisciplinar que discuta hidrogeografia e a importância da preservação dos rios em Lauro de Freitas?

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulada
Válido Não	47	77,0	77,0	77,0
Válido Sim	14	23,0	23,0	100,0
Total	61	100,0	100,0	

Anexo B: Questionário

Questionário para os professores do Ensino Médio

O presente questionário está inserido no projeto de investigação realizado no âmbito do Mestrado em Ecologia

e Biomonitoramento da Universidade Federal da Bahia- Brasil, com o título de: Educação Ambiental e Ecologia nas escolas de ensino médio da rede estadual de educação na cidade de Lauro de Freitas, Bahia. Este projeto está sendo desenvolvido por Ana Claudia de Jesus Magalhães, sem financiamento, sob a orientação da Professora Doutora Sueli Almuinã Holmer Silva e tem como objetivo principal, analisar como as escolas estaduais do município de Lauro de Freitas-BA, desenvolvem e trabalham a educação ambiental e ecológica no ensino médio. Sua participação é muito importante para a concretização deste projeto, pois é um contributo fundamental para a compreensão do desenvolvimento da educação ambiental e ecológica dentro das escolas do nosso município. As informações aqui registradas serão analisadas para elaboração da dissertação de mestrado e de outras publicações de caráter científico, sendo tratadas com sigilo a fim de garantir o anonimato e a privacidade dos participantes. Coloque-me a inteira disposição para quaisquer dúvidas ou esclarecimentos, através do email: anajmagalhaes8@gmail.com. Agradeço a sua participação.

Muito obrigada!

Ana Claudia Magalhães

***Obrigatório**

1. Você está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa. Você aceita participar desta pesquisa? *

Marcar apenas uma oval.

Aceito

Não aceito *Pare de preencher este formulário.*

Dados pessoais

2. Sexo *

Marcar apenas uma oval.

Masculino

Feminino

3. Idade *

4. Qual a sua formação? (indique o curso de maior graduação) *

Marcar apenas uma oval.

- Ensino Superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado

5. Se algum dos cursos que você marcou acima for na área de Educação Ambiental, por favor, indique o nível do curso:

Marcar apenas uma oval.

- Ensino Superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Não Aplicável (NA)

6. Você possui algum curso de formação de professores (atualização, treinamento, capacitação etc) voltado para o trabalho com Educação Ambiental? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim *Passe para a pergunta 7.*
- Não *Passe para a pergunta 9.*

Formação em Educação Ambiental

7. Quem promoveu essa formação? *

Marcar apenas uma oval.

- Governo Federal
- Governo Estadual
- Município
- Conta própria

8. Em que ano obteve essa formação? *

.....

Relato de Experiência

**9. Há quanto tempo você trabalha nesta Escola?
(em anos)**

.....

10. Você já realizou algum trabalho ou projeto voltado para a Educação Ambiental e Ecológica destinados aos estudantes do Ensino Médio? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim *Passe para a pergunta 11.*
- Não *Passe para a pergunta 15.*

Trabalho ou projeto já realizado

11. Qual o nome do trabalho ou projeto? *

.....

12. Qual a Escola em que foi trabalhado? *

.....

13. Em que ano foi realizado *

.....

14. O que levou a realizar este trabalho?

Marcar tudo o que for aplicável.

- Obrigatoriedade da Lei
- Orientação da Coordenação
- Interesse pessoal
- Projeto de colega de outra área

Educação Ambiental e Ecológica na escola

15. De acordo com sua perspectiva e utilizando a escala abaixo, qual o grau de relevância com que a Educação Ambiental e Ecológica é tratada na instituição de ensino em que você trabalha? *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Muito Irrelevante	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito relevante

16. Na sua opinião os/as professores/as do ensino médio que trabalham com Educação Ambiental, como eixo transversal precisam ter conhecimentos diferenciados dos demais professores? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim *Passe para a pergunta 17.*
- Não *Passe para a pergunta 18.*

Competências para Educação Ambiental

17. Se respondeu SIM, indique uma competência que você considera ser a mais necessária aos professores do ensino médio para trabalharem de forma transversal a Educação Ambiental?

Marcar tudo o que for aplicável.

- Domínio de conteúdo
- Conhecimento da realidade ambiental da sua comunidade
- Conhecimento da realidade ambiental global
- Experiência com a temática
- Planejar as atividades Inovar
- nas atividades
- Outra:

Dificuldade para Educação Ambiental

18. Você possui alguma dificuldade em aplicar de forma interdisciplinar a temática Educação Ambiental?*

Marcar apenas uma oval.

- Sim *Passe para a pergunta 19.*
- Não *Passe para a pergunta 20.*

19. Se respondeu SIM, Indique uma dificuldade que você encontra para trabalhar de forma interdisciplinar a temática Educação Ambiental.*

Marcar apenas uma oval.

- Não tem formação específica na área
- Não acha relevante esta abordagem
- Acredita que só o Professor das Ciências Biológicas que deve abordar a Educação Ambiental O
- conteúdo da sua disciplina não se aplica à Educação Ambiental

Leis de Educação Ambiental

20. O “Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global” resultou da 1ª Jornada de Educação Ambiental, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, durante o Fórum Global, evento paralelo à 2ª Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92. Você Professor, conhece os princípios ou alguns deles, que constam neste Tratado e que hoje inspiram a atuação de inúmeras iniciativas de EA? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

21. O Programa de Educação Ambiental do Estado da Bahia (PEA), instituído pela Lei nº 12.056 em 07 de janeiro de 2011, construída através de consulta pública, como estratégia de articulação democrática, dispõe sobre os conceitos, objetivos, princípios, diretrizes, instrumentos e linhas de ação para a implantação da Política de Educação Ambiental. Este Programa é discutido na sua Escola?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

22. De acordo à Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental na modalidade do Ensino Médio: 1. Aprofundamento do pensamento crítico por meio de estudos científicos, socioeconômicos, políticos e históricos a partir da dimensão socioambiental, valorizando participação, cooperação, senso de justiça e responsabilidade. 2. Identificação de potencialidades, problemas e conflitos socioambientais para a elaboração de projetos multidisciplinares que cumpram objetivos educacionais curriculares de forma transversal, prevendo a realização de ações concretas, de acordo com o nível de gestão/proposição possível por cada grupo; 3. Reflexão sobre as injustiças sociais e ambientais que recaem de forma desproporcional sobre os grupos e as etnias vulnerabilizados, contribuindo para o Mapeamento do Racismo Ambiental no Brasil. Os itens acima são trabalhados na sua escola? *

Marcar apenas uma oval.

SIM

Não

Alguns deles

23. A sua Escola possui Projeto Político Pedagógico? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Em construção

24. Nossa cidade de Lauro de Freitas, faz parte da região metropolitana de Salvador e é cortada pelas águas dos rios Ipitanga e Sapato, altamente poluídos, pelos dejetos domésticos lançados diretamente nos mesmos.Sua escola possui algum projeto interdisciplinar que discuta hidrogeografia e a importância da preservação dos rios em Lauro de Freitas? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
-